



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Audiência Pública;	REUNIÃO Nº: 0051/14	DATA: 25/02/2014	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 12h50min	PÁGINAS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LAURA CARNEIRO - Vereadora na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
EDINILSON DE ASSIS VIEIRA - Comissário da Infância, da Juventude e do Idoso do Estado do Rio de Janeiro.
DIANA DELGADA DA COSTA DA SILVA - Representante da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
MARCELLO BRAGA MAIA - Delegado titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
DANILO GROFF FILHO - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro;
AILTON RAMOS DE SOUZA - Representante da Guarda Municipal do Rio de Janeiro;
ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO - Técnica de Referência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro.
ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Representante do Sindicato dos Vendedores Ambulantes do Rio de Janeiro.
JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.
FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Superintendente da Superintendência Regional do Trabalho — SRTE/RJ.
MARIA DAS DORES DA COSTA ARAÚJO - Coordenadora Pedagógica da Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio.
ELIZABETH SERRA OLIVEIRA - Representante do Fórum Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil — FEPETI/RJ.
MÁRCIA VERA DE VASCONCELLOS - Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro — FAMERJ.
MÔNICA MIRANDA DA CUNHA - Coordenadora Geral da União Brasileira de Mulheres no Rio de Janeiro.
ANA ROCHA - Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Município do Rio de Janeiro.
IRENE CASSIANO MARQUES - Assessora da Deputada Estadual Enfermeira Rejane.
DENISE DE CARVALHO - Assessora da Vereadora Laura Carneiro.
LEILA PARADA - Assessora da Vereadora Laura Carneiro.

SUMÁRIO

Debate sobre medidas de combate ao trabalho infantil e de proteção ao trabalho do adolescente nas festividades do carnaval.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
Há breves intervenções fora do microfone, inaudíveis e ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há termos ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Bom dia a todas as pessoas presentes.

Nós declaramos aberta a 14^a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Antes de compormos aqui a Mesa, nós queremos dizer que a Comissão achou ser interessante, diante da visibilidade que se tem da exposição de crianças e adolescentes durante o período de carnaval, fazer uma escolha para visitarmos as três principais cidades onde se realizam grandes festas de carnaval. O Brasil todo faz seu carnaval, mas nós sabemos que três cidades... Aliás, são quatro; mas uma é tão interligada à outra, que é o caso de Recife e Olinda. Além dessas, Salvador e o Rio de Janeiro, que deve fazer o carnaval mais bonito do mundo, e que é onde existe realmente carnaval.

Então, nós temos feito essa caminhada no sentido de colaborarmos com as autoridades competentes, com governos nas três esferas, municipal, estadual e federal, para que se sintam sensibilizados para elaborarem, junto a nós, do Legislativo, uma lei que se atualize e que foque muito especialmente o que hoje temos no Brasil. Há alguns trabalhos, inclusive, invisíveis, como é o caso, por exemplo, do doméstico, do trabalho artístico, e dos trabalhos que acontecem no esporte. O trabalho da agricultura familiar é também muito presente e acobertado muitas vezes pela própria família.

Nós queremos dizer que estamos muito em casa. Queremos agradecer, de antemão, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e seus servidores, que nos estão dando este suporte necessário para a realização desta audiência pública. Nós convidamos cerca de 30 entidades, com os seus representantes, e aqui nós temos a presença de algumas pessoas que ou estão propriamente presentes ou representadas.

Antes de fazermos o anúncio das pessoas, nós queremos convidar a nossa Relatora, Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, que tem feito um brilhante trabalho nesse setor. Inclusive, quando Prefeita de Olinda, ela estabeleceu um programa público de retirar das ruas de Olinda as crianças que estavam sendo exploradas, para dar-lhes uma atividade compatível com a sua idade.



Também convidado para compor a Mesa a Deputada Lara Bernardi, do PT de São Paulo, que, como educadora, deu uma grande contribuição e continua a dar no nosso Parlamento a todos os trabalhos que são realizados, principalmente nos que focam a questão da criança e do adolescente.

Nós vamos citar aqui algumas pessoas que estão presentes. Mas quero também fazer uma colocação: os que desejarem, poderão se inscrever ou sinalizar, dizendo o nome, e terão 10 minutos para usar da palavra. Estão aqui: Dr. Eric Levis Barbosa, Assessor da Presidência da Empresa de Turismo; Marcello Braga, Delegado de Polícia da Criança e Adolescente Vítima; Diana Delgado, da Secretaria de Estado da Educação; Heloísa Werneck, da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro; Ednilson Assis Vieira, da Vara da Criança, da Juventude e do Idoso; Joaquim Travassos, do Ministério do Trabalho e Emprego; Fátima Cristina, Auditora Fiscal do Trabalho, da Superintendência Regional de Transporte e Emprego do Rio de Janeiro e do Fórum Estadual; Sueli Bessa, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; Irene Cassiano Marques, Assessora da Deputada Estadual Enfermeira Rejane; Maria das Dores, Coordenadora Pedagógica da Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio; Aílton Ramos de Souza, Inspetor da Guarda Municipal do Rio de Janeiro; Giancarlo de Oliveira Gonçalves, Assessor da Deputada Estadual Enfermeira Rejane.

Como o nosso espaço é um pouco reduzido, sintam-se todos como se estivessem compondo a Mesa, para que possamos iniciar os nossos trabalhos.

Cito também a Sra. Elizabeth Serra, professora no Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Nós vamos passar a palavra à nossa Deputada Luciana Santos e, posteriormente, daremos início aos depoimentos propriamente ditos dos senhores e das senhoras.

Muito obrigada.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Bem, gente, muito bom dia a cada um e a cada uma de vocês aqui presente. A Comissão Parlamentar agradece muito a presença de todos os convidados e das pessoas que partilham e que fazem o enfrentamento da situação do trabalho infantil no nosso País. Quero saudar a



Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo; e a Presidenta da nossa CPI, Deputada Sandra Rosado.

Primeiramente, quero dizer que vocês sabem que no Congresso Nacional existe um limite para termos a instalação de comissões parlamentares de investigação ou de inquérito. Graças à determinação da Deputada Sandra Rosado, passaram-se seis anos — não é, Deputada? — até que esta CPI entrasse na pauta do Congresso Nacional, porque há uma fila e toda uma construção política, uma pressão política, para que então ela pudesse sair do papel. Apesar de toda a adesão dos Parlamentares, a gente não conseguia que a CPI do Trabalho Infantil entrasse na pauta do Congresso Nacional. Então, por si só, a existência dela já é fruto de um grande esforço, de uma grande pressão e de mobilização social, para que a gente pudesse ter a garantia da existência desta CPI.

Nós a instalamos em outubro do ano passado — ela é bem recente. Eu posso dizer, agradecendo a toda a equipe do Congresso Nacional, que a gente não parou de lá para cá. Desde 18 de outubro, todas as semanas, nós fizemos um processo de escuta da sociedade civil organizada, dos entes públicos das instâncias federal e estaduais. Fizemos audiências públicas com o UNICEF, com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Educação, com o Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes, com setores da atividade econômica, com presidentes de clube esportivo, ou seja, com todos aqueles entes que, de alguma forma, convivem e que trabalham efetivamente para o enfrentamento ao trabalho infantil. É nisso que nós apostamos.

Nós somos daqueles que acreditamos que é possível coibir o trabalho infantil. Mesmo porque para nós não é a convivência, mas a erradicação, o que importa. Esse é que é o nosso objetivo principal. Uma coisa são os fenômenos naturais, com os quais temos de conviver; outra coisa são os fenômenos oriundos da falta de consciência do significado disso ou da ausência do Estado.

Por isso, nós temos a convicção de que é possível atingir o objetivo de erradicar o trabalho infantil. O Brasil já tem dado saltos significativos. E este é um dos países que mais deu saltos em matéria de erradicação do trabalho infantil. Mas nós não podemos nos conformar com isso, porque num determinado estágio, de 2010 e 2011 para cá, nós temos reduzido muito lentamente o trabalho infantil,



exatamente porque agora chegou o momento de fazer uma intervenção quase que cirúrgica para identificá-lo.

Nós sabemos que a principal incidência está na agricultura. Existem aquelas atividades que são fruto dela. Esse, eu penso, é o principal embate que a gente tem que fazer, o subjetivo; ou seja, o debate de ideias, aquele que significa a exploração do tráfico de crianças, de drogas e de exploração sexual. Esse é que é, a meu ver, uma das piores formas do trabalho infantil. Mas há aquelas que são visíveis que são os trabalhos domésticos ou aquela que a própria família não tenha consciência, não é? Quanto a essas nós temos que fazer o enfrentamento por meio de um debate de ideias, de convencimento. Porque há muito disso no subjetivo e no imaginário popular, ou seja, a história de que é melhor criança trabalhando do que na rua sem fazer nada. Esse é o enfrentamento que nós temos que fazer. Criança tem que brincar e tem que estudar. E nós somos daqueles que temos a convicção de que o pilar disso é a escola, é a educação. Isso é que vai dar perspectiva a essa criança e garantir que ela, de fato, tenha plenamente o seu desenvolvimento, como deve ter qualquer criança, para o bem e o futuro do nosso País.

Por isso, e para terminar, esta decisão de a gente, neste primeiro momento, tratar do carnaval, pelo fato de o carnaval ser aquela agenda cultural mais emblemática do Brasil. É um momento de multidões, e nós precisamos exatamente armar estratégias. A CPI não serve só para fiscalizar ou punir — não é? Ela tem todas aquelas possibilidades e ferramentas, como toda CPI tem. Mas, antes de tudo, nós queremos uma resultante. E a resultante são as estratégias que nós precisamos montar. E o objetivo desta audiência é montar uma estratégia para coibir o trabalho infantil durante o carnaval. Isso não quer dizer que a CPI não vai deixar de voltar, não é Sandra? Nós vamos voltar, após o carnaval, para que a gente faça um panorama daquelas situações de maior risco das atividades econômicas, de maior risco de trabalho infantil. Mas no carnaval nós não poderíamos deixar de fazê-lo, assim como será na Copa e em todas as outras atividades emblemáticas do Brasil. Nós precisamos estar armados para fazer esse enfrentamento.

Então, dito isso, mais uma vez, agradeço a todo mundo e tenho certeza de que nós faremos um bom trabalho aqui no dia de hoje. Obrigada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, nossa companheira, Relatora Luciana Santos.

Eu quero registrar aqui, com muita alegria, e estou muito feliz pelo reencontro, a presença da Vereadora Laura Carneiro, a nossa sempre Deputada Federal pelo Rio de Janeiro. Já trabalhamos juntas. E quero dizer a todos vocês que o Rio de Janeiro pode se orgulhar da grande Parlamentar que tem. Muitas pessoas, às vezes, quando ocupam um espaço maior, quando voltam para a sua terra e ocupam o cargo de Vereador, alguns perguntam por quê. Mas eu sinto que esse amor que Laura Carneiro tem pelo Rio de Janeiro é o que faz com que ela fique mais próxima da sua cidade, porque a primeira porta que se bate é a do Vereador. E ela tem a vocação realmente, herdada pelo seu brilhante pai que marcou a vida brasileira. Então, nós queremos dizer a ela da nossa alegria.

Eu vou passar a palavra inicialmente para a Iara; depois, passo para a Vereadora Laura.

Quero dizer às senhoras e aos senhores a forma como nós vamos trabalhar, a partir dessas duas saudações. Nós queremos que cada pessoa, espontaneamente, que represente um setor desse trabalho, do combate ao trabalho infantil, venha até aqui para se expressar, para nos contar o que é que se está fazendo no Rio de Janeiro para se coibir esse trabalho no carnaval. E, como muito bem colocou a nossa Relatora, este nosso trabalho não é só no carnaval; é também com relação à Copa, é também com relação a setores que já foram denunciados e onde se explora o trabalho infantil, como na área rural, em fábricas. Enfim, em vários lugares nós ouvimos essas denúncias. E gostaríamos de ouvir a verdade de cada setor que os senhores e as senhoras representam.

Com a palavra a Deputada Iara Bernardi.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Bom dia a todos e a todas.

Eu só queria fazer um relato rápido da audiência que aconteceu ontem pela manhã, em Salvador. Ela não foi das mais mobilizadas, mas tivemos a presença de representantes da área estadual, Ministério do Trabalho, Procuradoria, Ministério Público. A Prefeitura não mandou nenhuma representação. Mas Deputados Estaduais estiveram presentes, como também órgãos ligados à questão da criança.



Uma questão que nós achamos interessante na experiência de Salvador foi a criação, pela Superintendência do Ministério do Trabalho, de espaços públicos de convivência para crianças. Um local onde os pais que vão trabalhar no carnaval possam deixar seus filhos. Em várias pontos da cidade serão criados esses espaços onde crianças serão cuidadas enquanto os pais trabalham. Mas, muitas vezes, há resistência da família em deixar os filhos lá, temendo que os pais levariam as crianças para trabalhar junto a eles.

Também o Ministério do Trabalho foi positivo na avaliação, inclusive com dados do PNAD, da diminuição do trabalho infantil nos últimos 10, 12 anos na Bahia, principalmente em Salvador. Houve uma diminuição efetiva do trabalho infantil pela fiscalização e pelas ações que estão sendo feitas.

Foi relatada a questão dos “cordeiros” — eu não sabia o que era, mas foi explicado —, ou seja, aqueles que trabalham nos blocos, segurando as cordas. Havia muita participação de crianças e adolescentes nesse trabalho de segurar as cordas dos blocos. Os blocos são fechados; só entra quem tem a camiseta. E eram utilizados crianças e adolescentes nesse trabalho, além de mulheres grávidas, tudo isso com fiscalização e até com a criação da Associação dos Cordeiros. A Deputado Alice Portugal, que presidiu a Comissão na Bahia, foi quem criou essa Associação dos Cordeiros, para regulamentar esse tipo de trabalho no período do carnaval.

Gostaria de destacar alguns pontos, e gostaria que vocês ficassem atentos.

O Deputado Estadual relatou a presença e a reorganização de comissários de menores. Foi relatada também a desestruturação e falta de estrutura clara no trabalho do Conselho Tutelar, por falhas da Prefeitura Municipal. O órgão que está presente no momento da ocorrência é o Conselho Tutelar. Mas ele não tem estrutura para isso, não está sendo estruturado para isso. E estão surgindo associações, grupos uniformizados, quase como se todos fossem policiais, como o Deputado mesmo verificou num encontro na Assembleia. Ele confundiu esses comissários que se intitulam hoje comissários de menores com policiais. Alguém dá sustentação — ele não sabe quem — a essa formação de comissários de menores, mas ele acha isso um precedente muito perigoso, porque quem deveria estar agindo era o Conselho Tutelar. E, aí começa a haver a criação — nomeados e sustentados



por quem? quem paga por seus uniformes e seu trabalho? — desses comissários de menores, coisa que a gente pensou que estaria superada há muito tempo.

Mas é positivo o saldo das avaliações do que acontece na Bahia, em Salvador. A reunião foi até esvaziada, porque lá o carnaval já começou faz tempo! (Risos.) Então, esse não foi o período mais apropriado para nós fazermos uma audiência. Mas foi interessante pelos relatos e pela avaliação positiva da diminuição do trabalho infantil.

Foi citado aqui também, pela Deputada Luciana, que eles avaliam como o mais difícil de fiscalização o trabalho infantil doméstico, que é individual e ocorre dentro das casas. Ele ainda acontece muito por uma questão cultural de se buscar uma menina no interior para trabalhar; e, aí, ela fica sujeita a tudo, inclusive à exploração, sem salário, sem estudo. Esse é um dos trabalhos mais difíceis que eles têm para fazer, porque, como eu disse, é uma questão cultural o trabalho doméstico de meninas retiradas do seio de sua família e levadas para a cidade.

Era isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Deputada Iara.

Passo a palavra à Vereadora Laura Carneiro. Em seguida, vou chamar as pessoas que deram seus nomes para prestar depoimento a respeito do trabalho que realizaram em cada setor.

Com a palavra a Vereadora Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Primeiro, em nome da Câmara Municipal, em nome da municipalidade e da cidade, quero agradecer a presença de vocês. Vocês não são capazes de dimensionar quem são essas três mulheres!

A Sandra é uma Deputada fantástica! Ela preside a Comissão e, mais do que isso, tem uma história no Parlamento de pelo menos uns 18 anos. Ela é de uma competência exemplar!

Com a Iara — e as pessoas vão poder mensurar seu trabalho — eu tive a honra de trabalhar na questão da Lei Maria da Penha. Ela tem toda uma história de enfrentamento, e não só da questão da mulher, mas também da questão da criança.

A Luciana não conheço muito — não fui Deputada juntamente com ela —, mas Pernambuco a conhece muito. Ela foi Prefeita de Olinda e tem toda uma



história no PCdoB. Acho que as pessoas conhecem a história de Olinda e da transformação social que se fez naquela cidade.

Enfim, aqui temos três grandes damas que têm transformado objetivamente tanto a questão da mulher quanto a questão da criança no Brasil.

Eu me senti honrada quando o Deputado Tio Carlos me ligou e disse que eu iria presidir a sessão. Eu respondi que não iria presidir nada, mas que viria aqui ser presidida. Não havia nenhuma chance de eu não vir a uma sessão como esta. Também me ligou o Borges — agora não é mais Borges; agora é Maria Eduarda, o primeiro transexual da Câmara Federal, que foi meu assessor e hoje é assessora da Sandra — e me perguntou: “*Você vai, Deputada?*”. E eu lhe respondi: “*A Vereadora vai*”. E então a Maria Eduarda me disse: “*Não deixe de ir, porque é CPI, e você adora uma CPI*”. Eu lhe disse que aqui não há CPI, que aqui é mais calmo do que lá.

Mas, enfim, é importante saber que a CPI nacional se instala no Rio de Janeiro, mesmo sendo num momento inicial — eu acho que vão ter que voltar mesmo. Esse é um tema pouco tratado na cidade do Rio de Janeiro, até porque nosso maior problema talvez seja a exploração sexual, muito mais do que o trabalho escravo. Hoje já esteve aqui a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, e já concatenamos — a Denise foi Subsecretária de Assistência e trabalha conosco — algumas ações que podem ser feitas junto com o Ministério Público do Trabalho no sentido de se coibir essa prática.

Esse é um problema muito mais das cidades de interior, especialmente de Campos, por conta da economia daquela região, do que um problema da cidade do Rio de Janeiro — creio que todos aqui têm noção disso. Mas acho que a simples estada de vocês aqui hoje abre caminho para rediscutirmos essa matéria: às vezes, fingimos que o trabalho infantil não existe, sendo que ele, principalmente o doméstico, é muito real.

Em nossa cidade, como em qualquer Estado do Brasil, temos os Conselhos Tutelares, ainda com algumas deficiências. Para que tenham uma noção, a lei que criou os Conselhos Tutelares é da minha primeira gestão de Vereadora. Vejam quanto tempo faz! E ainda temos muitos problemas nos Conselhos Tutelares. Mas, graças a Deus, o Secretário Adilson Pires, que é Vice-Prefeito também, tem dado sequência à transformação dos Conselhos com reestruturação. Fizemos, ano



passado, uma audiência pública especificamente sobre os Conselhos Tutelares. Porque sem eles fica difícil, ainda mais numa cidade do tamanho do Rio. Tenho certeza de que avançamos nisso.

O Conselho Municipal, do qual sou membro, foi remodelado no final do ano passado. Achei que o Monteiro iria estar aqui, mas imagino que esteja em Brasília para um seminário hoje, amanhã e depois, para o qual não pude ir por não poder fazer as duas coisas. A maioria do Conselho está em Brasília para esse seminário sobre crianças e adolescentes.

Bem, quero agradecer e dizer que estamos, o gabinete e toda a equipe, absolutamente à disposição, para ajudar no que pudermos, para que o trabalho da Comissão possa avançar. Embora não tenhamos mais a possibilidade de todas as ações, porque só podemos trabalhar na cidade do Rio de Janeiro, conhecemos os Deputados Estaduais e os membros das entidades.

Agradeço as palavras da Sandra, que, por amizade, me fez tantos elogios. E amigos servem para isto, para elogiar. E agradeço a todos a presença.

Devolvo a palavra à Presidente, a Deputada Sandra Rosado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Vereadora Laura. Eu tenho certeza de que o seu trabalho é desenvolvido aqui nesta bela cidade do Rio de Janeiro. Ela certamente está acompanhando os conselhos, ela vai atrás, porque o normal dela é buscar trabalho. Eu sei que ela está fazendo isso.

Eu quero registrar a presença de Jô Ventura, da ONG Se Essa Rua Fosse Minha; de Erotildes Santos, da Visão Mundial Brasil; de Ana Rocha, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres; e de Sonia Latgé, do PCdoB, da Secretaria dos Movimentos Sociais.

Também quero dizer que recebemos correspondência da Sra. Juíza Ivone Ferreira Caetano, que, impossibilitada de estar aqui presente, encaminhou o Sr. Ednilson de Assis Vieira para aqui representá-la.

Então, eu vou começar, chamando as pessoas para virem até aqui e, por 10 minutos, fazerem o seu depoimento. Eu vou começar a chamá-los para que se apresentem.



Eu quero registrar também, antes de começarmos esta audiência pública, que esteve aqui conosco a Deputada Andreia Zito, mas que, por problemas de saúde de um membro de sua família, teve de se ausentar.

Com a palavra o Sr. Ednilson de Assis Vieira, representante da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, que terá 10 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. EDNILSON DE ASSIS VIEIRA - Bom dia a todos. Sou Comissário da Infância e Juventude, representando aqui a Dra. Ivone Ferreira Caetano, Juíza da Infância e Juventude da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital.

Queria lembrar que há outras duas juízas competentes também: uma em Santa Cruz, para os bairros do entorno, e uma em Madureira, para os bairros próximos e Jacarepaguá.

No entendimento da Dra. Ivone, ela não tem competência nessa área trabalhista, mas há medidas de proteção ao menor. Embora ela não se sinta competente nessa matéria, a gente tem a possibilidade de aplicação do art. 101 do Estatuto da Criança, que trata das medidas protetivas, que podem ir desde a entrega à família até a colocação em família substituta, isto em razão do art. 98 do Estatuto da Criança, que relaciona três hipóteses: ação ou omissão do Estado, ação ou omissão dos pais, e ação da própria criança. Então, em tese, é possível aplicar medida protetiva.

Quando a Deputada se referiu aos “cordeiros”, eu me lembrei que tem uma portaria que vige no carnaval, que tem aplicação, por exemplo, na avenida. Ela proíbe o trabalho de empuradores de carro alegórico, e a gente fiscaliza isso na avenida. Foi até interessante quando a Deputada se referiu aos “cordeiros”, porque a gente tem esse trabalho lá. É um trabalho considerado perigoso. Isso é focado na proteção ao menor. Fugindo do foco, que ela entende não ser competente, ela tem essa preocupação.

Agora, como a matéria me parece nova — a discussão do trabalho no contexto do carnaval —, acho que ainda há bastante espaço para se desenvolver e discutir isso aí.

Então, eu queria agradecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.



Eu gostaria de chamar a Sra. Diana Delgado, representando aqui a Secretaria de Estado de Educação.

A SRA. DIANA DELGADO DA COSTA DA SILVA - Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui participando pela primeira vez de uma audiência desta CPI.

A Secretaria de Estado de Educação não tem nenhuma ação específica voltada para o enfrentamento do trabalho infantil no carnaval; porém, a gente gostaria de colocar aqui algumas ações que estão sendo pensadas e realizadas na Secretaria com relação à prevenção do trabalho infantil, à exploração de criança e adolescente. E nós fazemos isso por meio da implantação da escola em tempo integral.

Temos também, na gestão de pessoas na Secretaria, um programa de capacitação permanente de professores da rede para identificação de trabalho infantil ou qualquer outro tipo de violação dos direitos da criança ou adolescente.

Nós estamos em um trabalho de massificação com relação à gestão de território. Esse trabalho busca a integração das escolas com os equipamentos da rede que existem naquele determinado território. Isso para a educação é bastante novo, porque a gente viveu um período em que as escolas ficavam isoladas, tentando resolver suas próprias dificuldades; e, hoje, a gente vem trabalhando para que esse gestor escolar possa reconhecer os equipamentos de responsabilidade e de promoção dos direitos da criança e do adolescente e também dos seus próprios servidores, e que essa rede possa ser acionada. E trabalhamos bastante em conjunto com CRAS, CREAS e com o Conselho Tutelar, quando a relação é com criança em situação de risco.

Recentemente, a Secretaria realizou um concurso em que foram admitidas assistentes sociais e psicólogos, que estão atuando diretamente com os gestores das unidades escolares para identificar as situações de risco que acontecem nas unidades e dar um melhor direcionamento a essas questões.

Por último, a gente tem um programa de restauração de diálogos, do qual se está falando em algumas unidades. A proposta é de que se crie uma cultura de diálogo e prevenção em relação a *bullying* e violência nas unidades escolares, e que se tragam as famílias para discutir as questões dentro das unidades.



Então, apesar de a Secretaria não dispor de nenhuma ação específica para o carnaval, a nossa presença aqui hoje é para se colocar à disposição das instituições que estão aqui representadas e que têm essas ações diretas, para podermos contribuir no que for necessário; e também para deixar claras essas ações e convidá-los a conhecer mais de perto os programas da Secretaria, para que a gente possa continuar trabalhando em parceria, identificando essa questão que para nós é bastante cara e que compromete muito a situação da educação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - A Deputada Iara gostaria de fazer uma colocação.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - A senhora citou os profissionais nas escolas, assistentes sociais e psicólogos. Cada escola tem o seu?

A SRA. DIANA DELGADO DA COSTA DA SILVA - Não, eles não estão dentro das escolas. Ainda não é aquela equipe multidisciplinar de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. A gente tem uma dupla de profissionais, assistentes sociais e psicólogos, nas regionais administrativas. São 14 regionais, e cada regional é responsável por um grupo de escolas. Então, esses profissionais vão até as unidades escolares, mas não pertencem às unidades escolares; eles pertencem às regionais administrativas.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Já começou esse trabalho, companheira?

A SRA. DIANA DELGADO DA COSTA DA SILVA - Já, desde maio de 2013.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Já há relatos de exploração, de alguma coisa?

A SRA. DIANA DELGADO DA COSTA DA SILVA - Com relação ao trabalho infantil, não. A gente tem outro tipo de relatos: de abuso sexual, de abuso físico. E a gente tem dado os encaminhamentos necessários em parceria com o Conselho Tutelar e com a rede de responsabilização de uma forma geral. Mas é um trabalho relativamente novo e que está caminhando, principalmente com a chegada desses profissionais, porque antes ficava tudo muito no campo doméstico, e hoje a gente tem uma profissionalização maior e o acompanhamento desses casos.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Obrigada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

Eu quero registrar também a presença de Marcia Vera de Vasconcellos, da Federação Estadual de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro; de Giancarlo de Oliveira e de Danilo Groff, Vice-Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Trabalho,

Eu vou citar alguns nomes aqui para verificar se os senhores estão todos aqui. Se há alguém aqui que represente pessoas que foram convidadas, de setores muito específicos nessa área do trabalho, que se manifeste

Pedro Henrique Fernandes da Silva, Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. (Pausa.)

A SRA. LAURA CARNEIRO - O Pedro Fernandes não está aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Adilson Nogueira Pires; Alexandre Vieira da Costa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Então, eu gostaria de ceder a palavra ao representante do Sr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro — talvez o Secretário de Segurança mais comentado do Brasil pelo enfrentamento que conseguiu fazer aqui no Rio de Janeiro. O nome do senhor, por favor?

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Meu nome é Marcello Braga Maia. Eu estou representando aqui o Dr. Beltrame e também o Chefe da Polícia Civil, Dr. Fernando Veloso.

Eu queria dar um bom-dia a todos. Eu sou Delegado da DCAV — Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima. Estamos, atual e provisoriamente, ali ao lado do IML, na Francisco Bicalho.

Eu tive uma notícia boa nesta semana: a Delegacia vai ganhar um prédio novo ainda este ano, que vai ficar ali na Lavradio, na Lapa. Então, está toda estruturada. É o que a gente sonhou! Então, essa é uma boa notícia que a gente teve neste ano.

Eu gostaria de dizer que a gente tem, a Polícia Civil, com a Secretaria, a gente tem o grupo chamado NAGE — Núcleo de Apoio aos Grandes Eventos, que certamente vai atuar durante o carnaval e nos grandes eventos posteriores, a Copa



do Mundo e as Olimpíadas. Para o carnaval, reforçaremos a 6ª DP, com vários policiais ali na Cidade Nova, para atender às ocorrências existentes ali na Apoteose, e também no Estado do Rio de Janeiro todo. Todas as delegacias vão ser reforçadas durante esse evento. Além disso, a DCAV, com a DPCA, vai atender especificamente a criança e adolescente, vai reforçar, vai apoiar o Juizado da Infância e da Juventude, como sempre fazemos. Os policiais vão atuar no entorno da Apoteose.

Eu também queria dizer que a nossa função, na DCAV, de combate ao trabalho infantil, é tarefa diária. Para quem acompanha a DCAV, semana passada mesmo fechamos uma fábrica clandestina de linha chilena. Fomos apurar o trabalho infantil dentro dessa fábrica. Foram apreendidos mais de quatro caminhões grandes, fechados, com material tipo cerol, óxido de alumínio...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Fábrica de quê, companheiro?

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Linha chilena, aquela linha de cerol.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Aquela linha de cerol. Cerol é para pipas.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Para soltar pipas. Ela chega a cortar o pescoço de pessoas...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Fábrica daquilo?

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Foi em Jacarepaguá, Curicica.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Em Curicica?

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Em Curicica, uma fábrica de cerol que ninguém nunca viu...

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Não. Essa fábrica inclusive já tinha sido fechada em 2011.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Ah, tá!

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - E os donos a reabriram em outro endereço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - A fábrica é propriamente de quê?

A SRA. LAURA CARNEIRO - Cerol, linha de cerol.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Linha de cerol; linha chilena.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Linha de pipa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - O material é que vinha nos caminhões...

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - É. O material que foi apreendido lá era de maquinários, linhas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - E crianças trabalhavam lá.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Crianças trabalhavam. Eram cerca de...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Trabalho escravo.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - ...sete adolescentes, não crianças; sete adolescentes trabalhavam lá. Quando a gente chegou, só tinha um adolescente de 15 anos e um adulto. E a gente já identificou o proprietário. Ele vai responder por vários crimes, como de maus-tratos e vários outros previstos pelo Estatuto.

Além disso, a gente atua muito na orla de Copacabana. Nós temos um inquérito instaurado, grande, em que a gente está verificando o turismo sexual ali existente. Fizemos uma operação, no ano passado, também intitulada... É até o nome daquela novela que acabou, que tinha a delegada Heloísa, *Salve Jorge*. Foi a Operação Salve Jorge. Prendemos um carioca que levava crianças e adolescentes para o seu apartamento. O apartamento dele era como se fosse uma boate, a sala tinha aquele ferro de *pole dance*, tinha tudo, boate para as crianças. Esse cara foi preso também. Vários americanos e europeus já estão identificados, boates, hotéis — eu não posso lhes passar muita coisa para não prejudicar.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Nem deve.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - E quero dizer isto: o nosso trabalho na proteção da criança e do adolescente é diário, checamos várias denúncias. Certamente, vamos melhorar a nossa estrutura com essa delegacia que está para ser reformulada, que vai se chamar Cidade da Criança, vai ter toda a estrutura, tanto para as crianças e adolescentes vítimas quanto para os menores infratores. E nós estamos à disposição para o que precisar.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Delegado, sem dúvida, no período do carnaval, isso que é permanente tem outra dimensão, por motivos óbvios.



O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - O Rio de Janeiro é uma cidade que fala para o mundo, ainda mais durante o carnaval. Então, há, especificamente, identificação? Porque a experiência, muitos anos atrás, que eu tive com essa luta contra o turismo sexual era a relação que isso tinha com agências de viagens...

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - ...e com determinados hotéis. Na verdade, é uma rede permanente, que no carnaval toma outra escala. Um trabalho infantil da pior situação é o turismo sexual de criança e adolescente. E a outra vertente é a droga. Elas, na verdade, se confundem.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Há uma estratégia específica ou uma intensificação disso nesse período de carnaval na perspectiva de flagrar e de coibir essa ação que, certamente, é mais planejada pelos próprios atores, que...

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Sim, há.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - ...veem no carnaval uma oportunidade de negócio, infelizmente?

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - A Polícia Civil atua também preventivamente, panfletando, explicando aos donos e gerentes de hotéis, a taxistas o que vem acontecendo. Isso é feito com a FIA e com vários outros órgãos.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Algum telefone de denúncia?

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Disque-Denúncia, o Disque 100, telefones da Delegacia. E a nossa maior dificuldade, muitas vezes, é com o Judiciário, porque, para conseguirmos coibir grandes proporções, grandes organismos criados para esse fim, precisamos de grandes investigações, precisamos de medidas cautelares deferidas. E, muitas vezes, os juízes entendem que não, que existem outros meios para se conseguir a interceptação de um americano, para se investigar um europeu. E é muito difícil, muitas vezes nós ficamos com as mãos atadas. Já tivemos em um inquérito três pedidos indeferidos



de interceptação telefônica de um grupo de americanos que vinham para cá só para fazer isso. O juiz alegou que nós teríamos que ter outros meios de conseguir chegar às provas de que necessitávamos. Mas não tenha dúvida de que diariamente estamos ali na orla de Copacabana e onde existem esses...

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Certamente, tem que haver a presença do oficial de justiça, por exemplo, para poder acontecer na hora...

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Também.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Não, mas a competência ainda é do juiz. Eu tenho que tentar produzir mais provas e mostrar a ele que não há mais outro jeito. Não posso ultrapassar a instância.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Dr. Marcello, existe um comitê, com a FIA — eu participo desse comitê —, em que tratamos especificamente dos grandes eventos. Claro, as ações já aconteceram no ano passado, na época da Copa das Confederações. O senhor poderia explicar qual é o papel da Delegacia? Porque eu nunca vi ninguém nas reuniões do Conselho.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Inclusive, hoje tem uma reunião lá na FIA para tratar disso.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Tinha, não é, porque é no mesmo horário. Era às 10. Eu sei. *(Riso.)* O pessoal está lá, mas nós estamos aqui. Então, uma metade está lá e a outra metade está aqui.

É legal eu explicar porque...

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - Eu não tinha na DCAV outra delegada que pudesse me ajudar nesse sentido. Então, é complicado eu ir a todos os lugares. Agora nós temos uma delegada assistente, a Dra. Rita de Cássia. Inclusive, ela está hoje lá na FIA.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Só para explicar as etapas: existe um comitê que é formado pela Delegacia, pelo Ministério Público, pelas entidades, pelo Conselho, que trabalha especificamente na questão dos grandes eventos. Já funcionou muito bem na época da Copa das Confederações e vai funcionar no carnaval, na Copa, nas Olimpíadas, porque essa é a sua função. E é coordenado pela FIA.



O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - O que nós fizemos na Copa das Confederações, juntamente com esse grupo, foi atuar diretamente com o NAGE, que é o grupo da Polícia Civil, da Secretaria, que o Núcleo de Atendimento aos Grandes Eventos. Então, nós fizemos esse trabalho paralelo até com o Alexandre, com a Tereza lá da FIA. A qualquer necessidade eles entravam em contato conosco para resolver qualquer tipo de problema. Mais alguém?

A SRA. LAURA CARNEIRO - Na verdade, eu só falei, Dr. Marcello, para que a Comissão saiba da existência do grupo, porque, afinal de contas, está funcionando ao mesmo tempo que nós. Eles estão lá reunidos. Por isso é que nós estamos aqui, não estamos lá porque estamos aqui. Existe, e funciona, funcionou bem na Copa das Confederações, de alguma maneira resguarda as crianças durante esses períodos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Delegado e demais pessoas que participaram.

Eu vou citar aqui alguns nomes para verificar se existe algum representante do órgão que foi convidado: representante do Conselho Tutelar do Rio de Janeiro; representante do Presidente do Conselho Estadual de Defesa — parece-me que o Vice-Presidente está aqui, o Dr. Danilo Groff, representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O senhor tem 10 minutos para expor a sua experiência.

O SR. DANILO GROFF FILHO - Desculpem-me, não estou acostumado a falar em público.

Dra. Lúcia, Dra. Sandra, Dra. Iara, Dra. Laura, companheira do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, nós viemos aqui representar o Dr. Monteiro, Presidente do Conselho da Criança, inclusive, há várias pessoas aqui que eu conheço.

Na verdade, o Conselho da Criança não precisa de apresentação. Nosso trabalho no carnaval será feito em colaboração com a Vara da Infância e da Juventude. Estarei lá também. Estarei ao lado da Dra. Ivone e do Dr. Sandro, o Juiz Substituto da Vara da Infância. Inclusive, a Dra. Ivone está entrando de férias.



O Conselho Municipal dos Direitos da Criança vem agindo na garantia de direitos, política pública; inclusive, está saindo aqui no Rio de Janeiro a primeira cartilha sobre abuso sexual e prostituição infantil.

Gostaria até de convidá-los para o lançamento, no dia 2 de abril, pelo Ministério Público, com a colaboração do Conselho Municipal, no enfrentamento da questão pela Guarda Municipal e a Polícia Militar, de um programa de capacitação de abordagem no caso da prostituição infantil e abuso de crianças e adolescentes. E nós estaremos colaborando com a Vara da Infância, inclusive a minha pessoa. Sou Corregedor do Conselho Municipal, que cuida dos Conselhos Tutelares.

Estamos à disposição para as perguntas sobre a nossa ação durante o carnaval. Tenho uma experiência longa, não só na política pública, mas também na Secretaria de Fazenda e outros órgãos. Tenho 30 anos de serviço público e, casualmente, desde 1984, quando foi inaugurado o Sambódromo, eu participei diretamente das ações envolvendo o comércio ambulante. Nós vemos muitas barracas em torno do Sambódromo e, dentro dessas barracas... As mães não deixam as crianças em casa. Casualmente, há vários anos, houve uma fatalidade: explodiu um botijão de gás numa dessas barracas, ali, do lado da Tia Ciata, e vieram a óbito três crianças.

Nisso eu tenho uma experiência muito grande e, por questão até de temor, acho que todos os órgãos públicos aqui reunidos devem intervir para impedir a ida dessas crianças ao Sambódromo. Acho que os órgãos públicos devem fazer a divulgação boca a boca, por panfletos ou o que for, porque muitas dessas crianças não têm como ficar em casa. Eles levam essas crianças para suas barracas e nisso a senhora sabe que...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Constatamos também em Salvador que as famílias levam as crianças, em tese porque não têm onde deixá-las, para as atividades do carnaval, nas barracas, nas ruas. E os espaços de convivência foram criados, mas com resistência das famílias a deixar as crianças nesses espaços de convivência, onde elas seriam cuidadas em todo o período em que o pai e a mãe estivessem trabalhando, porque, de fato, elas são levadas para lá, na maioria das vezes, para trabalhar, sim, para ajudar no trabalho.



O SR. DANILO GROFF FILHO - Com certeza. Não só crianças, mas adolescentes, porque quem não vê cara, não vê coração, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Só sequenciando a colocação feita pela Deputada Iara Bernardi, já há a consciência de que esse problema existe, de que os pais que trabalham com barracas nesses eventos levam as crianças. Já existe, concretamente, algum trabalho com relação a isso?

O SR. DANILO GROFF FILHO - Olha só, Deputada, pela minha experiência, a solução seria sugerir aos órgãos públicos a divulgação da proibição de levar crianças para esses lugares, não só lugares como o Sambódromo, mas também grandes pontos, como a Rodoviária, a prostituição infantil em Copacabana, e assim por diante. Mas principalmente no Sambódromo. Tem a questão do licenciamento e da fiscalização. Tem de ser divulgado. Não só porque no Rio de Janeiro não está sendo tão bem elaborado... Há uma Secretaria de Ordem Pública. Nos governos passados não houve tanta eficiência como está havendo agora. Essa Secretaria orienta quanto a essas questões. E não só ela, mas os conselheiros tutelares, que são da própria região. Mas fica o nosso pedido, pelo Conselho do Direito da Criança e do Adolescente, de maior divulgação dessa proibição.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Com a exploração sexual e algumas atividades econômicas nós temos que ter atitude de tolerância zero, de seguir muito com o rigor da lei e a efetividade das ações. Quando se trata da relação com a família é que há de haver um processo de convencimento e, ao mesmo tempo, do agente público. Na experiência que eu tive na minha cidade, quando fui Prefeita, como é a Prefeitura que dá a licença e a concessão do uso do solo para o comércio ambulante, o comerciante que levasse criança para o trabalho teria como punição a suspensão do seu serviço.

O SR. DANILO GROFF FILHO - Com certeza.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Eu não posso obrigá-lo a levar a criança para o abrigo, mas posso dizer a ele que não vai mais comercializar, que volte para casa com a sua criança.

O SR. MARCELLO BRAGA MAIA - É o direito de garantia, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - A outra medida é criar espaço de convivência. A título de sugestão, eu acho que tem que haver, por parte



da Prefeitura, do serviço de controle urbano, uma pesquisa para, na hora em que o ambulante for pegar a concessão, ter que responder se tem criança. Se tiver criança, tem que haver no entorno... Daí que nós convidamos a Secretaria de Educação. A experiência que nós tivemos lá foi que as escolas municipais do Polígono do Carnaval funcionassem como receptoras do espaço de convivência. Aí tem que ter equipe setorial, como no funcionamento de qualquer ambiente de acolhimento de criança, com higiene, alimentação. Isso é que, efetivamente, funcionou.

Além disso, havia uma equipe intersetorial que, junto com o Ministério Público, fazia a fiscalização para identificar essas situações e recolher a criança para o espaço de convivência. Quando não havia convencimento, estava suspensa a licença de comércio ambulante.

Então, eu acho que é necessária essa articulação para que, de fato, haja o enfrentamento desse aspecto do comércio ambulante, porque ele, aparentemente, embora seja mais difícil, porque diz respeito ao convencimento, é mais fácil de operar do que os clandestinos — na má-fé é mais difícil nós atuarmos. Mas essa, da convivência com a família, eu acho que é possível, no caso do comércio ambulante, é mais direta a possibilidade de o poder público agir efetivamente para coibir esse...

O SR. DANILO GROFF FILHO - Deputada Luciana, o CMDCA vem agindo diretamente na política pública. Então, a nossa orientação e, inclusive, a nossa colaboração junto ao Ministério Público na questão da prostituição infantil... A própria PM do Rio de Janeiro e a Guarda Municipal tinham o temor de pegar a criança no caso de prostituição infantil, focavam mais na pessoa que promove a prostituição — o cafetão, a cafetina. O Ministério Público fez uma cartilha e está capacitando a polícia quanto à abordagem. Inclusive, a Guarda Municipal está aqui presente. Eu não posso falar em nome da PM, mas a colaboração está sendo intensa, porque na ponta eles tem um temor: *“Não, não vou mexer naquela criança, não vou tirá-la da rua, porque vai me dar problema.”* Então, o Conselho da Criança, o Ministério Público, o Juizado de Menores, a Defensoria Pública se uniram para fazer uma cartilha de abordagem contra a prostituição infantil e a violência sexual.

Na questão do comércio ambulante há, internamente, uma legislação da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Ordem Pública, junto com os Conselhos



Tutelares, para não permitir essa situação envolvendo as crianças, mas eu não sou desses órgãos e não posso responder que ação vai ser feita. Mas nós estamos fiscalizando. Não só eu, que trabalho na Corregedoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, vou estar presente, mas também a Dra. Ivone, os demais juízes auxiliares, os comissários, para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra o Sr. Ailton Ramos de Souza, representante da Guarda Municipal.

O SR. AILTON RAMOS DE SOUZA - Bom dia a todos. Cumprimentando a Mesa, cumprimento as autoridades presentes. Eu fico muito alegre por poder falar aqui em nome do nosso Secretário, que não pôde vir e solicitou que eu o representasse. Mais salutar ainda é verificar a presença de pessoas que já fazem parte do dia a dia, da caminhada em favor das crianças e adolescentes aqui, mais uma vez, debatendo o presente tema, como é o caso da Dra. Laura, que faz parte conosco do Comitê da FIA, do Delegado Maia. São pessoas que participaram da criação da nossa cartilha. Isso mostra que a Guarda está presente em todo momento na caminhada pela melhoria da sociedade.

Quero deixar claro que, quando o Secretário de Ordem Pública libera a autorização para o ambulante, não libera para criança, só para adulto. No máximo, é mais uma pessoa que poderá representá-lo em sua ausência. Então, não autorizamos esse ato. Detectando esse ato na via pública, nós recolhemos a mercadoria, acolhemos a criança — não tivemos esse desprazer ainda — e a entregamos ao Conselho Tutelar, para a parte investigativa dos pais. Então, a Guarda atua dessa forma.

Quero agradecer à senhora, que praticamente falou o que eu vim para falar, a postura quanto à questão da liberação. É isso mesmo. Nós fiscalizamos os ambulantes irregulares. Se detectarmos crianças junto, nós orientamos, se forem os pais, a se retirarem e recolhemos a mercadoria. Não vamos tirar a criança dos pais e deixá-la à própria sorte, porque não sabemos o que poderia acontecer no futuro. O nosso dia a dia é basicamente isso. Atuamos no solo, na via pública, na rotina, fazemos parte de vários comitês em defesa da criança e do adolescente, como o senhor perfeitamente falou.



Nós fizemos uma cartilha há pouco tempo. Ajudamos a Dra. Crisângela, a nossa Promotora, que não podemos deixar de citar e foi muito exitosa no seu papel. Tivemos a presença da minha amiga também no fechamento dessa cartilha, que será ofertada, com a devida orientação, aos policiais militares, policiais civis e guardas municipais.

Eu sou operacional. O nosso medo no solo é como o colega disse: encontrando uma criança em prostituição, por exemplo, o que fazer? Nós tínhamos um embargo judicial em cima disso. Então, nós, por insegurança, até evitávamos fazer o ato. Agora temos já um parceiro, o Ministério Público, que nos ampara nas ações. As ações ficaram mais efetivas, mais seguras para aquele homem que está no solo. E o CMDCA também tem uma participação efetiva.

Então, aqui no Rio de Janeiro, acho que o mais exitoso caminhar foi a união das esferas estadual, federal e municipal. Essa é a razão do nosso sucesso aqui no Rio de Janeiro.

Como a minha Vereadora me permite falar assim, fazem parte da FIA os megaeventos. Eu tirei uma cópia, às pressas, desse próximo lançamento, que vai ser no dia 27, na Estácio de Sá, da proposta para o carnaval, para tratar de megaeventos. Tenho até uma cópia aqui que posso ofertar à senhora. Depois eu mando para a senhora por e-mail. Isso vai ser lançado pela FIA. O nosso amigo Nascimento está à frente dos trabalhos.

Da Guarda Municipal, praticamente, esta é a nossa demanda: patrulhar no dia a dia, através da ordem pública. Atuamos dessa forma, acolhemos a criança e a encaminhamos para o Conselho Tutelar para o que se fizer necessário. Estamos prontos a fazer parte de todas e quaisquer comissões para debelar qualquer ato ilícito contra as nossas crianças. Inclusive, faço comando as rondas às escolas do Rio de Janeiro. Todas as escolas do Rio de Janeiro são de minha responsabilidade. Eu faço visitas diárias às escolas, proferimos palestras quanto a *cyberbullying*, integração família/escola, vários temas. Depois eu posso ofertar à minha Vereadora, por e-mail, o que nós fazemos pela ronda escolar, no dia a dia, na cidade. É bastante difícil, mas é bastante gratificante buscarmos na essência da família o melhor para o futuro. E a escola acaba sendo o berço da cidadania.



Encerro a minha fala e estou pronto para responder a qualquer pergunta que houver.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu quero agradecer-lhe e parabenizá-lo, mas eu gostaria de fazer-lhe a pergunta que fiz a quem o antecedeu. A Guarda tem esse trabalho. O ideal é a família poder trabalhar e a criança ter um lugar onde ficar que não seja no trabalho dos pais. O senhor tem conhecimento de algum trabalho concreto para tirar essa criança desse meio, de algum apoio para tirar essa criança de onde está e permitir à família trabalhar?

O SR. AILTON RAMOS DE SOUZA - Eu não tenho a competência nem o conhecimento para ofertar à senhora tal solução, mas poderia ser pela Secretaria de Desenvolvimento Social, através de algum trabalho que ela possa ter. E eu não ouso tecer comentários dessa magnitude.

O que eu posso informar-lhe é que nós acolhemos da melhor maneira possível e tentamos dar a melhor solução e destinação para aquele cidadão que está em situação de risco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

O SR. AILTON RAMOS DE SOUZA - Eu é que agradeço pelo carinho da oitiva.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu gostaria de convidar a Dra. Ana Cláudia Figueiredo. Eu estou indo mais ou menos pela ordem das pessoas que se comprometeram a fazer os depoimentos, mas vou chamar todas as pessoas. Ana Claudia Figueiredo, que representa a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

A SRA. ANA CLAUDIA FIGUEIREDO - Bom dia a todos os presentes. Na verdade, eu estou aqui como convidada. Eu faço parte do FEPETI. Eu recebi o convite, e como o tema é do meu interesse eu estou aqui. Eu não estou aqui legalmente representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Como servidora e técnica de referência, eu acompanho o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e não poderia deixar de me pronunciar, até porque eu acompanho as ações, enfim, eu tenho conhecimento das ações interventivas que nós estamos realizando.



Desde 2010, ainda na gestão do Dr. Fernando Ilha, a Secretaria vem desenvolvendo um trabalho no Sambódromo. Em 2010, na ocasião, foi a primeira vez que nós atuamos diretamente no Sambódromo. Existia um contêiner em que nós ficávamos em parceria com o Conselho Tutelar, trabalhando em parceria também com o Juizado da Infância e Juventude em todas as situações, de qualquer violação de direito, seja de trabalho infantil, exploração sexual ou situação de risco em que crianças e adolescentes se encontravam no Sambódromo ou no entorno do Sambódromo, no Terreirão. Esses casos, quando necessitavam de acolhimento institucional, eram encaminhados para esse contêiner, onde havia uma assistente social, um psicólogo, enfim, um técnico da Secretaria de Assistência Social. Nesse atendimento direto, junto com o Conselho Tutelar e também com a Vara da Infância e Juventude, nós fazíamos essa intervenção e a encaminhávamos para a central de recepção, dependendo da faixa etária. Isso não quer dizer que aquela criança, aquele adolescente iria ficar institucionalizado, mas como naquele momento ele se encontrava numa situação de risco, e o Sambódromo não era o local, digamos assim, ideal para aquela criar estar, essa criança era encaminhada e, no dia seguinte ou no próximo dia útil, nós entrávamos com todas as intervenções. Se fosse realmente um caso que necessitasse de acompanhamento, enfim, de acolhimento institucional, porque aquela criança estava numa situação mesmo que precisasse dessa intervenção judicial, essa criança ficaria institucionalizada, com guia de acolhimento e todo o procedimento de acompanhamento pertinente às unidades de acolhimento.

Nós vamos atuar no Sambódromo durante todo o período de carnaval, e no entorno, no Terreirão também. Vamos participar das campanhas de mobilização do carnaval. Quer dizer, nós acabamos de fazer uma parceria com Furnas, que vai distribuir brindes junto com o Governo Federal. Nós vamos tocar essa campanha com as equipes dos CREAS, principalmente, não todas as equipes das cidades, mas nos pontos de maior movimentação, de maior fluxo, que são o Centro e a Zona Sul. Então, nós temos uma ação.

Eu acredito que essa questão que ela colocou no sentido da prevenção seria muito necessária, porque todo mundo sabe que no entorno do Sambódromo há todas as comunidades carentes. Todas as famílias que moram no Complexo do São Carlos e no entorno descem com suas crianças para acessar renda, vender cerveja, enfim.



Isso, de fato, nós constatamos. Em algumas situações, abordávamos essas famílias. Eu tenho essa experiência, essa memória. Eu me lembro de que nós abordávamos algumas famílias. Quem morava perto, compreendendo a necessidade de não deixar aquela criança ali, voltava até sua residência e deixava a criança. No caso de quem morava longe, infelizmente, nós tínhamos que fazer uma intervenção mais direta, uma autuação com aquela família. É esse o trabalho concreto que nós temos hoje na cidade do Rio de Janeiro em relação a essa situação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Só uma coisa, ou seja, espaço de convivência, nem a Secretaria...

A SRA. ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO - Eu desconheço. Eu não posso falar pelas outras Secretarias, eu estou falando pelo trabalho que eu conheço da SMDS. Nós atuamos na situação constatada. Nós não termos “pernas” para fazer um trabalho de prevenção. Seria o ideal, mas, infelizmente, esse trabalho não acontece. Eu, pelo menos, desconheço. A não ser que outra Secretaria faça esse trabalho.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - É porque, de fato, teria que ser uma ação articulada: o controle urbano detectaria a família com criança nessa situação e a área de educação ou de assistência social a recolheria ao espaço de convivência. Eu acho que é essa engrenagem que precisa funcionar, porque senão, de fato, só com coação as famílias vão forçar a barra, porque elas querem receber a renda. Então, ou se tem essa alternativa de um espaço de convivência para os filhos ficarem ou se vai ficar enxugando gelo só com coação e as famílias forçando a barra, porque elas querem a renda no carnaval. Então, é só a constatação e a necessidade de sugerir.

A SRA. ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO - Posso me pronunciar sobre isso? Eu acho que isso requer um planejamento muito anterior à semana do carnaval. Na semana do carnaval nós não podemos garantir essa articulação, esses espaços. Dentro do meu entendimento e da minha experiência, eu penso nós deveríamos costurar isso no período que antecede o carnaval, para que, quando chegasse a semana do carnaval, já estarmos com essas articulações todas postas e em prática.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Nós estamos aqui na semana que antecede... Na semana que antecede, não, nós já estamos vivendo o



carnaval no Rio e na Bahia. Agora, esse é um planejamento... Nós estamos ouvindo o que é que tem de um planejamento que, a senhora tem razão, deveria ser bem anterior, porque sempre houve carnaval e sempre houve exploração do trabalho infantil, e no futuro também vai haver.

Então, esta nossa audiência pública não serve apenas para alertar para o acompanhamento que está sendo relativamente feito, nós precisamos aprimorar para o carnaval de 2015, de 2016, de 2020, de 2050, seja lá qual for, porque é preciso que exista o acolhimento. A família você leva porque não tem onde deixar. E deve haver esse equipamento de suporte.

A SRA. ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

Vamos chamar agora a Sra. Elvira, do Sindicato de Vendedores Ambulantes.

(Pausa.)

O SR. DANILO GROFF FILHO - Deputada, a Guarda Municipal poderia orientar quanto à não permanência das crianças. Se não há planejamento preventivo, ela pode, no dia, proibir a permanência de crianças nesses locais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui.

Em primeiro lugar, quero dizer que me senti muito honrada com o convite. É bom que se faça uma reunião como esta. Pena que estamos em cima do carnaval.

Eu tenho uma larga experiência no comércio ambulante, porque já estou há muito tempo militando nesse meio e posso lhes dizer que não há menores trabalhando por orientação do Sindicato nem da Prefeitura. Há, sim, uma autorização dada quando a pessoa... Se eu sou ambulante, tenho um filho e quero que ele trabalhe comigo, eu tenho que ir ao Conselho Tutelar obter uma autorização. Se o juiz autorizar, então o Prefeito autoriza. Aqui no Município funciona assim. Então, não há menores trabalhando no comércio ambulante. Esporadicamente, há os extras, porque a cidade está cheia, o que foge ao nosso controle. Todos nós sabemos disso.

Gostaríamos, sim, de prestar uma colaboração nesse sentido de orientação do comércio ambulante de maneira geral, porque deixa muito a desejar o que vai



pelas nossas praias, pelos nossos idos, pelos nossos valados, das nossas crianças sofredoras, mas sendo que eu deixo aqui o meu protesto e a minha verdade: eu não sou contra o trabalho infantil. Sou contra a exploração! Por quê? A criança tem que trabalhar; antes trabalhar do que ficar ao léu, sem proteção.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - A senhora pode ser contra, mas eu não sou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Ah, não, nós estamos querendo ouvir.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Vocês podem ser, eu não sou. Sabem por quê? Eu sou filha de pobre, trabalhei; hoje sou professora pedagoga, sou advogada, trabalhei exercendo vários cargos no Estado, e não me diminuiu nada. Eu tenho um irmão que hoje é Deputado, graças a Deus, bem conceituado, está no terceiro mandato e também vem do comércio ambulante. Então, o comércio, para quem sabe exercitar... E nós sabemos, ao longo da história, quantos grandes começaram vendendo bala na estrada! A exemplo do nosso Machado de Assis, que foi filho de pessoas simples e vendia cocada. E, no entanto, tornou-se nosso grande Machado de Assis.

Então, não é o trabalho que desmerece, e sim a falta de orientação, de educação. Não é porque a pessoa é pobre que não tem educação, que não tem regime, que não tem marca. O que falta é uma orientação. E não vou fazer aqui uma crítica, gostaria de ter uma oportunidade de conversarmos, e talvez até chegar lá.

Mas que Deus nos ajude. E parabéns pela iniciativa. Que Deus os abençoe e que continuem trabalhando, exercendo cidadania, ajudando ao outro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada à Dra. Elvira. Nós queremos apenas fazer um esclarecimento. Ela disse que eu era contra. Realmente, eu sou contra o trabalho infantil. Eu sou contra, porque o que nós queremos é que o Brasil supere essa marca.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - A senhora não é contra; a senhora é contra a exploração.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Sim, mas o próprio trabalho já é uma exploração. A criança tem que estar na escola. Agora, isso acontece — esse trabalho infantil — exatamente porque falta o suporte necessário para absorver essas crianças.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputadas Sandra Rosado) - E nós estamos fazendo esse trabalho exatamente para que, no futuro — eu volto a dizer, não é para o Carnaval de 2014, não —, já que está muito enfocada a questão do trabalho ambulante, não tenhamos essa necessidade de a família levar a criança. Tem que ter uma escola, uma creche para acolher essas crianças.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Já devia ter, não é? E como está faltando!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Com certeza.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Já devia ter. Nós estamos devendo, e muito!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu vou citar agora mais outros nomes, para verificar se há alguém com esses nomes.

Dra. Tereza Cristina, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho. (Pausa.) Tem alguém da Procuradoria? (Pausa.) Tem. Procuradora do Trabalho.

Sueli Bessa está aqui?

(Não identificado) - Não. Ela foi para a reunião do (*ininteligível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Dra. Fátima Cristina Chammas, Joaquim Travassos Leite, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com a palavra o Sr. Joaquim.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Bom dia a todos e todas. Eu vou começar dizendo que realmente não tenho o hábito de falar em público, então vou tentar ser muito sucinto na minha fala.

Quero agradecer, em nome da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego aqui do Rio de Janeiro, o convite para vir aqui prestar algumas



informações sobre nossa atuação no combate ao trabalho infantil. Agradeço, na pessoa da Deputada Sandra Rosado. (Pausa.)

Acho que ela deu uma saída, mas quero aproveitar a oportunidade de dizer que fiquei muito feliz de saber que a Luciana Santos foi ex-Prefeita da cidade de Olinda, que é uma cidade que eu amo de paixão; sou nordestino, sou de Aracajú, e acho que todo nordestino é apaixonado por Olinda. (Risos.) Então, quero deixar isso registrado, que realmente é uma cidade deliciosa. E acho que todo brasileiro que se preza deve conhecer uma cidade como Olinda. (Risos.) Isso eu queria só deixar registrado. (Risos.)

A SRA. LAURA CARNEIRO - Olha que *marketing!* (Risos.)

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Nem sou de lá não, mas só para deixar registrado que realmente... Porque ali...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Chama para conhecer o Rio!

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Também, mas o Rio não precisa de propaganda. Na verdade, todos sabem que o Rio de Janeiro é muito badalado, e Olinda também. Mas acho que Olinda tem a essência do Brasil. O Rio também, mas Olinda tem uma outra essência do Brasil, que eu acho bastante interessante, uma essência cultural, uma essência muito da terra. Só devo fazer essa propaganda.

Voltando ao nosso dia a dia, achei a iniciativa de vocês virem aqui bastante louvável, embora confesso que acho que essa discussão poderia ter sido feita um pouco antes. Acho que realmente chegou em momento um pouco tardio, até porque devemos lembrar que o carnaval existe todo ano. Não é um evento incerto e inesperado, todo ano já existe. Então, o fato de não haver ainda no Rio de Janeiro um espaço de convivência onde as pessoas possam deixar seus filhos na época do carnaval, confesso a vocês que é algo estarrecedor. Porque o carnaval acontece todos os anos, e isso há mil anos. Então, confesso... Deixo aqui registrado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Só para esclarecer ao senhor, esta nossa CPI foi instalada no dia 18 de outubro. Ela é recente.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Ah, tá, ela é recente. Desculpe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Há quase 6 anos... Estou no meu terceiro mandato de Deputado Federal. Eu passei 6 anos renovando, cuidadosamente, o pedido para que essa CPI fosse instalada. E quero dizer uma



coisa: nós tivemos uma sorte muito grande, porque nós estávamos numa fila e, para evitar o constrangimento da entrada de uma outra CPI, que não era conveniente na época, então, para evitar isso, forçosamente, tinha que chegar no trabalho infantil. E foi definido por conta disso. Mas, mesmo assim, nós achamos muito bom. E queremos registrar que é um trabalho que vem sendo feito, mas que não significa que esse trabalho começou hoje, aqui no Rio de Janeiro. É para o carnaval de 2015, de 2020 de 2030.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Então, beleza! Então, já quero me inscrever nessa Comissão — não sei como se faz essa inscrição —, porque quero participar, acompanhar, para que, no ano que vem, possamos chegar aqui no Rio de Janeiro e dizer: *“Olha, nós temos agora um espaço de convivência onde as mães e os pais poderão deixar seus próprios filhos”*. E um espaço agradável, e que as mães e os pais possam trabalhar.

Bom, continuando, eu represento o Ministério do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego aqui do Rio de Janeiro, e, como acredito que todos saibam, ele é um órgão de fiscalização. Na verdade, quando atuamos no combate ao trabalho infantil, precisamos identificar o explorador. Então, às vezes, quando acontece de nós encontrarmos só mãe e pai e as crianças, o que podemos fazer? Encaminhar para o Conselho Tutelar, que é a entidade, a instituição que realmente tem competência para atuar nesses casos. Então, a gente fica mais no trabalho formal, ou seja, em que se pode identificar o explorador.

Bom, em relação ao carnaval propriamente dito, o que acontece? No Rio de Janeiro, durante muitos e muitos anos, o carnaval se resumia basicamente no sambódromo. Eu moro no Rio de Janeiro há 12 ou 13 anos e lembro disso. Quando cheguei aqui no Rio de Janeiro, carnaval era sambódromo, ou então as pessoas saiam, viajavam. Não existia carnaval de rua no Rio. Esse é um fenômeno relativamente recente, de 2 ou 3 anos para cá. Então, é um ressurgimento.

(Não identificado) - Acabou e voltou.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Então, até faço um convite para quem é de fora para que, já que está aqui mesmo, no Rio de Janeiro, fique mais uns dias. O carnaval de rua no Rio de Janeiro é fantástico, é maravilhoso.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Fala, menino, o do Rio também é bom.



O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Já falei. Acabei de falar agora do Rio.

(**Não identificado**) - Tem 420 blocos.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Já participei de um primeiro — Gigantes da Lira —, no sábado; um bloco infantil. E foi maravilhoso, pacífico, democrático. Ou seja, todo mundo pôde participar. Não existe fita, não existe abadá, não existe nada. Enfim, todos puderam participar. Muito bacana. Acho realmente...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Como o da Preta, com 500 mil pessoas.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Com 500 mil pessoas, exatamente. Fantástico também. Não fui porque não tenho mais idade para ficar correndo atrás de trio, naquela multidão. Mas é fantástico, a Preta Gil é maravilhosa.

Voltando então...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Quinhentos mil. No da Preta Gil foram 500 mil pessoas.

(*Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.*)

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Já são 400, não é? Perfeito.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Quatrocentos e sessenta legalizados, me perdoe. Tem mais de mil blocos na cidade que não estão cadastrados.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Fora os outros blocos. Bacana!

E o que é mais legal ainda é que é uma coisa democrática, não é algo que você tenha que pagar para participar. Então, se você gosta de música baiana, tem; se gosta de Chico Buarque, tem. Até Wando existe em bloco de carnaval. Então, é ótimo, porque é democrático, você não fica ouvindo uma coisa só, porque ninguém é uma coisa só.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Os blocos são uma maravilha, mas vamos voltar ao trabalho.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Desculpe. Então, voltando ao assunto, a atuação do Ministério do Trabalho na repressão ao trabalho infantil no carnaval do Rio de Janeiro até então vem se resumindo ao Sambódromo. Nós vamos fazer uma fiscalização. Nós temos uma equipe que vai fiscalizar o Sambódromo, inclusive vamos distribuir lá esse cartão da campanha do Cartão



Vermelho: Diga Não a o Trabalho Infantil. É uma campanha que foi patrocinada pela OIT, em convênio com o Ministério do Trabalho. Inclusive vou deixar aqui com vocês; cada um vai receber.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - É da ABRINQ, não?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Não, esse é da OIT. A OIT que patrocinou e em convênio com o Ministério do Trabalho.

O SR. DANILO GROFF FILHO - Junto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Também.

Então é isso, a gente fiscaliza todos os anos. Durante 1 ano eu tive oportunidade de também fiscalizar. Nós entramos nos camarotes — de camarote em camarote —, verificamos se há, na verdade, no desfile, também situação de trabalho infantil. E, caso realmente identifiquemos o explorador, afastamos imediatamente as crianças e autuamos, emitimos uma multa para o explorador.

Estamos até pensando em articular, a partir do próximo ano — também em contato com as ligas dos blocos do Rio de Janeiro —, a criação de uma estratégia para atuar também nos blocos, porque isso também passou a ser uma realidade no Rio de Janeiro, como já é em Salvador, há muitos anos. Então, o Rio de Janeiro não pode ficar inerte em relação a isso, porque sabemos que é algo que está crescendo exponencialmente. Vejam: 200 no ano passado, 400 neste ano, no próximo já se fala em 600 mil. E é claro que onde há muita gente, onde há comércio, vai ter sempre a possibilidade de exploração do trabalho infantil.

Também quero aproveitar a oportunidade para dizer que a gente que atua no combate ao trabalho infantil, infelizmente — ou talvez até felizmente, porque acho que a existência do contrário também faz com que fortaleçamos nossos argumentos... A senhora Elvira tem todo o direito de expor sua ideia, embora realmente eu fique muito triste em saber que todas as pessoas que atuam no combate ao trabalho infantil não tenham conseguido ainda sensibilizar a senhora no sentido de que o trabalho infantil em nenhum aspecto é positivo para as crianças. Desculpe-me a sinceridade, embora defenda sempre seu direito a defender. Eu faço até um convite pessoal para que a senhora integre o nosso Fórum Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil, porque lá nós debatemos essas ideias e



fortalecemos nossos argumentos. É sempre interessante para que a senhora também possa expor suas ideias e também ouvir um pouco o outro lado. Acho que o debate no nosso fórum pode ser muito enriquecedor com sua presença e de quem mais quiser participar, obviamente. O fórum é aberto a todos, a participação é aberta. Inclusive, lá, temos a possibilidade de também tratar de outros assuntos que, nós, como órgão fiscalizador, não conseguimos, que é o combate ao trabalho à exploração sexual. Já temos um trabalho muito bacana de sensibilização nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, temos uma parceria bacana com... Por favor, D. Elvira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Então, muito obrigada, Joaquim.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Ela vai falar algo...

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - É só um adendo.

Quando falo que não sou contrária ao trabalho infantil, eu falo mirando as crianças que trabalham na televisão, que exercem um grande trabalho. Eu me declino diante de muitas que estão trabalhando. Depende do trabalho. Sou contra a exploração, ao trabalho, não. O trabalho só significa. Se cada mãe ensinasse seus filhos a trabalhar, muitas desgraças não teríamos no mundo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - O trabalho artístico, quero dizer a senhora, é um dos piores que existem...

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Mas é trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - ... porque, muitas vezes, a própria família cobre aquele trabalho e torna aquela criança explorada como uma fonte de renda. (*Palmas.*)

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Mas é trabalho. Mas é trabalho e nós gostamos.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Mas é por isso que a Deputada Sandra disse que era um dos piores. Não sei se a senhora já viu esse depoimento daquele caso do filme *Cidade de Deus*.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Sim, vi.



A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Não foi *Cidade de Deus*, não, foi aquele Wagner Moura, *Tropa de Elite*. Com relação àquele menino que chora, a produtora disse que a mãe dele tinha morrido, para ele chorar daquele jeito.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Que horror!

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Quer dizer, é um trauma. Achamos muito forte aquela cena, e aquilo foi feito à custa de um sacrifício psicológico muito grande para aquela criança.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Que horror!

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Por isso que a CPI também atua na perspectiva de debater o problema do trabalho artístico, porque ele pode ser bonito para vermos, mas é preciso observar os custos psicológicos para o futuro dessas crianças. É por isso que faz parte do nosso processo aqui esse debate.

E é verdade, se formos olhar casos isolados, nós vamos ver casos que servem para várias explicações. Por exemplo, o Presidente Lula: nordestino, de uma família muito pobre, fez trabalho infantil. Sílvio Santos e tantos outros. Mas isso não quer dizer que aquela condição de vida deles seja exemplo. Ele apenas é um caso...

(Não identificado) - São exceções.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Eles são exceções. Só pra gente entender que, se as condições deles fossem diferentes, a resultante e os efeitos... A gente não pode confundir aquelas circunstâncias específicas daquele conjunto de milhões e milhões de brasileiros que foram prejudicados. Você tem uma exceção à regra. Mas isso não quer dizer que aquilo seja uma vida adequada.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Deixe-me defender. Eu não sou partidária.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Mas a gente respeita a sua opinião.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Eu não estou defendendo o trabalho infantil, só que não sou totalmente contrária, porque tem alguns exemplos que valem até ser seguidos. Eu sou a favor da orientação. Eu sou a favor da família ser orientada. Muita coisa a gente pode fazer. Eu estou até me oferecendo para



também prestar a minha colaboração para esta tão digna Comissão, tão extraordinária.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Claro, D. Elvira, a senhora é bem-vinda.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Eu não sou partidária, não. Eu reconheço. Agora, a verdade da *Cidade de Deus* não é a verdade do Brasil. O exemplo da minha família não é o exemplo de todas as famílias. O exemplo da sua família não é exemplo de todas. Sabemos que muitas famílias deixam a desejar; outras ultrapassam de desejos. Então não é bem assim a coisa. O Brasil é muito complexo, e a nossa sociedade, mais complexa ainda. Eu comecei dizendo que num Município do Rio de Janeiro, o menor, para trabalhar, tem que ter autorização do Conselho Tutelar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Dra. Elvira, nós queremos agradecer a participação da senhora. Foi muito importante.

A SRA. ELVIRA CONCEIÇÃO DA FONSECA - Desculpe-me. Acho que eu me fiz ser mal compreendida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu comprehendi. Quero agradecer também ao Sr. Joaquim.

Vamos dar prosseguimento.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Quero fazer só uma pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Está bem.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Joaquim, primeiro obrigada pelos elogios ao carnaval. Eu não ouvi porque estava ali fora...

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Mas ficou registrado.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - ... mas a Deputada Sandra me falou.

Ouvi a sua fala preocupado com criança e adolescente no próprio Sambódromo, principalmente no desfile dos carros alegóricos etc., a exemplo do que acontece na Bahia com os chamados — o que eu nem sabia — Cordeiras. Fiquei sabendo hoje, porque também a CPI é um aprendizado pra gente. A gente



aprende em todo lugar alguma coisa e, portanto, vai agregando conhecimentos ao nosso relatório.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Perfeito.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Mas, por exemplo, existe, por parte do poder público, ou mesmo da área privada, que regulamenta o desfile das Escolas de Samba, uma punição mais veemente, tipo, aquele que tiver com criança num carro alegórico está desclassificado?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Seria interessante.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Existe alguma coisa mais dura para poder evitar isso? Às vezes, a gente olha para esses países chamados de Primeiro Mundo e acha que lá há um nível de consciência. Não é assim. não! Foi na base da punição.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Com certeza.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Foi na base de uma forte legislação, dura. Porque em todo lugar, não tem jeito, nós temos que criar mecanismos. E o mecanismo é o seguinte: teve menino pequeno, desclassificado. Coisa desse tipo. Queria só um esclarecimento sobre se existe uma punição mais dura.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - A senhora quer saber se existe ou acha que deveria existir?

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Eu acho que deveria, mas eu queria saber se existe.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Eu vou falar em poucas palavras. A senhora, que veio de Olinda, sabe como é isso, que o carnaval tem um valor cultural muito importante. Aqui no Rio de Janeiro também. Foi até bom tocar nesse assunto das Escolas de Samba. Aqui nós temos os barracões e, nos barracões, a gente sabe que existe exploração de trabalho infantil. Isso não é novidade para ninguém. Desculpe-me se tiver alguém aqui que não sabe. Mas lá também existe. Então, há toda uma estrutura que precisa ser rediscutida. Agora, mexer com isso, realmente, aqui no Rio de Janeiro, é sempre complicado.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Agora, Joaquim, deixe-me fazer uma pausa. Perdoe-me. Se você está dizendo que você está representando o Ministério do



Trabalho e está constatando que na Cidade do Samba você tem nos barracões exploração do trabalho infantil, o que você está fazendo?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Veja bem...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Tem que ir para lá. Eu não consigo imaginar outra coisa.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Vereadora, seu nome mesmo? Desculpe-me.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Laura Carneiro. Eu não consigo imaginar outra coisa.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Laura, é o seguinte: exploração do trabalho infantil existe no Brasil inteiro. Não estou dizendo que...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sim, mas a gente tem que fazer alguma coisa. A gente finge que não existe?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - É para isso que a gente está aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Mas, se você está dizendo que você fiscaliza, que existe e que continua porque é muito complicado... Eu sei que a questão política no carnaval é complicada...

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Veja bem, nós fazemos...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Se eu disser isso à Guarda Municipal e a delegado eles vão lá; eu não tenho dúvida nenhuma.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Um momento. Deixe a Vereadora falar, depois...

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Desculpe-me.

A SRA. LAURA CARNEIRO - O delegado está aqui, a Guarda Municipal está aqui, a Secretaria está aqui. Se alguém tem notícia da violação de direitos de qualquer criança, seja em que setor for, vai atuar. O Conselho vai atuar, a Secretaria de Desenvolvimento Social vai atuar, o Ministério Público vai atuar. Agora, você está me dizendo que você sabe da existência, pelo Ministério...

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Eu vou só explicar melhor.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Eu não estou entendendo nada. Eu me enrolei. Eu sei que você gosta de carnaval; eu também gosto, mas também não gosto de criança sendo explorada.



O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Nem eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Então, vamos ver como a gente concatena isso.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Eu talvez tenha falado muito rápido, eu talvez tenha deixado isso... Não é que eu diga que exista atualmente, que eu recebi uma denúncia recente de que há trabalho infantil. Já houve fiscalização lá, dentro dos barracões, e foi detectado trabalho infantil. Fiscalização do Ministério do Trabalho! Elas foram retiradas.

A SRA. LAURA CARNEIRO - E este ano?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Não recebemos denúncia de trabalho infantil.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Permite?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Claro, por favor.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Foi na Cidade do Samba. Saiu até no jornal na época...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - O nome da senhora, por favor.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Fátima Chammas.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Houve já, na Cidade do Samba, inclusive saiu no jornal. Foi em dois mil e...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Para apressar um pouco a nossa reunião, Dra. Fátima, já que eu iria chamar a senhora na sequência, a senhora poderia vir aqui.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Ele está falando pela Superintendência e pelo Ministério. Quer dizer, seria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - A senhora pode também dar o seu depoimento e o seu conhecimento a respeito desses fatos.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Enfim, é só para falar desse fato isolado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Está bem.



A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Na Cidade do Samba foram adolescentes que foram identificados em alguns barracões. Mas, na verdade, quando a operação começou, as pessoas se retiraram, pararam de trabalhar.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Mas houve essa operação este ano? Essa operação é frequente no carnaval?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - É frequente no carnaval.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Então, houve já...

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Na Cidade do Samba, depois, não; depois, não houve.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Então, não é frequente.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Vamos para o finalmente. Em 2014, o Ministério fez o seu papel, o seu deverzinho de casa, vamos dizer, a fiscalização na Cidade do Samba?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Especificamente na Cidade do Samba, não.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Não, porque há o projeto de fiscalização de eventos. Eles é que organizam, e a gente se arega a eles, do trabalho infantil.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Onde?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - No Sambódromo, no Rock in Rio, em qualquer evento.

A SRA. LAURA CARNEIRO - No Comitê?

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Não, fiscalização do Ministério do Trabalho, somente.

A SRA. LAURA CARNEIRO - A fiscalização pura, do Ministério do Trabalho.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Pura, do Ministério do Trabalho.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - É. Eu estou falando da fiscalização.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Então, você está dizendo que há para os grandes eventos. A pergunta é: você sabe se foi feita qualquer fiscalização este ano na Cidade do Samba e nas escolas, portanto?



A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - Não, nas escolas de samba, que eu tenha conhecimento, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO - E nos barracões?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA CHAMMAS - E aí foi afastado e as escolas foram atuadas, na época.

O SR. JOAQUIM TRAVASSOS LEITE - Muito bem. Alguém mais quer fazer alguma pergunta? (Pausa.) A Deputada de São Paulo, talvez? (Pausa.) Não.

Obrigado e desculpem-me se fiz alguma colocação...

Agradeço a participação. Dona Elvira, obrigado. Desculpe-me alguma coisa também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

Vamos dar sequência. A Dra. Fátima já se sente contemplada com a exposição. O Superintendente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Dr. Antonio Henrique, está aqui ou não? (Pausa.)

A SRA. LAURA CARNEIRO - O Joaquim o está representando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Certo. Então, já o está representando.

Eu gostaria de chamar agora o Sr. Héric Neves Barbosa, representante da RIOTUR, do turismo. Encontra-se aqui? (Pausa.) Não? (Pausa.) Não está aqui ninguém da RIOTUR? (Pausa.)

Chamo a Sra. Maria das Dores da Costa Araújo, Coordenadora Pedagógica da Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio. Ela vai aqui prestar esclarecimentos e falar da história que conhece sobre o trabalho infantil. Muito obrigada.

A SRA. MARIA DAS DORES DA COSTA ARAÚJO - É um prazer estar aqui. Muito obrigada pelo convite. Eu estou representando a Camila Soares, que é a Presidente da Escola Mirim Pimpolhos da Grande Rio. Meu nome é Maria das Dores e sou coordenadora pedagógica.

A Escola Mirim Pimpolhos da Grande Rio leva hoje para a avenida cerca de 1.500 crianças. Eu não teria esse número exato, porque, na verdade, eu não trabalho diretamente com os cadastros, eu trabalho com a parte pedagógica. Todas essas crianças são cadastradas. As mães se responsabilizam pela participação



delas, e elas vão devidamente autorizadas para a avenida. Existe um trabalho muito grande de responsabilidade nossa com essas crianças. Tanto as pessoas que vão para a avenida, como pais e tios, quanto a própria coordenação do desfile participam. É uma estrutura muito grande para que haja proteção a essas crianças.

Nós somos — falo em nome da Camila, nossa Presidente — uma escola preocupada com a criança e com a maneira como essa criança vai se apresentar na avenida. Nós entendemos que a criança, no meio desse movimento festivo que existe do carnaval, tem que ser protegida em todos os sentidos, porque ela é de nossa responsabilidade, e a escola tem essa filosofia inclusive do ponto de vista educacional. Desde o cadastro, nós fazemos reuniões com nossos presidentes e coordenadores de alas para que exista o compromisso de estar perto das famílias. Quando há o ensaio das crianças, as famílias estão presentes. Nós trabalhamos na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, berço tanto da escola-mãe, a Grande Rio, quando da Pimpolhos, e nós utilizamos a quadra para ensaios. Também nesses ensaios nós pedimos a presença da família, porque são muitas crianças, e é uma responsabilidade muito grande.

Recentemente — acho que vocês tiveram acesso a essa informação — houve um incidente no ensaio da Grande Rio: um cidadão pegou um carro e atropelou um monte de gente. Isso tudo é uma questão muito séria. Começa nesse sentido.

Outro sentido da escola que procuramos seguir à risca é a orientação da Camila de que as crianças se apresentem na avenida com roupas pertinentes a sua idade. Criança tem que ser respeitada. Não queremos que criança vá para a avenida com roupa de adulto. Assistam à Mirim. Elas não precisam expor o corpo na avenida. Então, elas têm que usar shortinho e saia.

Mas enfrentamos um grande problema aí, uma questão cultural: os pais e mães dessas crianças normalmente fazem questão que elas se apresentem como adultos. Por uma questão cultural, eles querem que a criança faça um rito de passagem para a escola-mãe. Só que existe essa preocupação, porque nós sabemos dos riscos.

A Pimpolhos não trabalha só com carnaval. Eu faço parte da equipe pedagógica, sou coordenadora pedagógica de um projeto educacional — trabalhamos junto com a Secretaria de Educação e Cultura de Duque de Caxias —,



e estamos implantando projetos culturais e artísticos há já 7 anos em escolas municipais de Duque de Caxias. Trabalhamos junto com os professores, dentro das escolas. Realmente existe essa preocupação, e a punição é severa: nós temos a nossa Associação das Escolas Mirins, que segue também o estatuto e as orientações do poder legal.

Eu trabalhei durante 6 anos no barracão fazendo produções. Nesse período nunca vi crianças trabalhando lá. O que acontece é que os pais querem levar as crianças — isso é comum. Mas temos que ter consciência de que barracão é um lugar extremamente perigoso, inclusive para nós, e temos que proibir terminantemente. Criança vai ao barracão no momento em que vai provar a fantasia, porque é impossível deslocar 1.500 fantasias para a Baixada para que eles provem. Então, a gente desloca ônibus com essas crianças para que elas venham ao barracão, ao lugar específico onde vão experimentar as roupas, sem se envolver com nada, sem estar circulando por ali, porque, realmente, não é um ambiente adequado a crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - As crianças participam da confecção de alguma...

A SRA. MARIA DAS DORES DA COSTA ARAÚJO - Participam, não só as crianças da escola de samba, assim, nesse sentido de ideias, porque nós temos um momento do carnaval que a gente chama de carnaval pedagógico. O que significa? A gente orienta as crianças para que elas entendam. É como se fosse uma preparação para o carnaval, para que elas entendam o que é o enredo.

Então, ali, naquele momento, a gente colhe ideias deles, mas na confecção, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Na confecção?

A SRA. MARIA DAS DORES DA COSTA ARAÚJO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Não.

A SRA. MARIA DAS DORES DA COSTA ARAÚJO - Absolutamente. E, na escola pública, nós confeccionamos tecidos, algumas coisas. Porque essas crianças da escola mirim são de lá, da escola pública. Então, elas constroem objetinhos. Nada com material elétrico, nada disso, só com cola comum, cola da utilização diária



delas, para que levem para a avenida. E é um prazer a gente poder fazer isso, porque é uma valorização da expressão cultural delas também.

Eu agradeço muito a vocês por nos ter convidado, e também acho importantíssimo esse trabalho, porque nós somos terminantemente contra a utilização de crianças na mão de obra de trabalho.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada. Foi bem esclarecedor o seu depoimento.

Alguém quer fazer alguma pergunta aqui da Mesa? (Pausa.) Não?

Bom. Então, alguém que represente aqui a empresa de turismo do Rio de Janeiro? Ah, já perguntei isso. Não está presente. O Dr. Héric não está presente.

Liga das Escolas de Samba da cidade do Rio de Janeiro? Déo Pessoa. (Pausa.) Ninguém representando? O Sr. José Luiz Castanheira Alexandre, Presidente da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro? (Pausa.); Dr. Moisés, Presidente da Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. (Pausa.)

A SRA. LAURA CARNEIRO - Internado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Sr. Luiz Carlos Prestes Filho, Coordenador da Pesquisa Cadeia Produtiva de Economia do Carnaval. (Pausa.)

Então, eu vou chamar agora a Jô Ventura, que é da ONG Se Essa Rua Fosse Minha. (Pausa.) Não está.

Elizabeth Serra Oliveira, representante do Fórum Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.

A SRA. ELIZABETH SERRA OLIVEIRA - Bom dia. Acho que ainda é bom dia. O fórum estadual é composto por organizações governamentais e não governamentais. Então, em torno de 15 organizações do Estado, hoje, compõe esse fórum.

O fórum se organiza por grupos de trabalho. No ano passado, nós elegemos discutir no interior das escolas do Estado a questão do abuso e exploração sexual. E corrigir: não existe prostituição infantil; existe exploração sexual. Isso é muito importante. E fazer... Essa questão do trabalho, a gente tem que assumir. Existe o



enfrentamento formal da questão da exploração do trabalho infantil — essa é a realidade —, e de todas as violações. Inclusive no próprio comitê, a gente está lá como representante e a gente vê a dificuldade de pautar essa especificidade dessa questão da exploração do trabalho infantil.

Parece que é uma violação menor, se é que existe violação menor. E eu queria — nunca fiz isso —, mas queria fazer um depoimento contrário. Eu fui vítima de exploração de trabalho infantil. E o que eu sou hoje não foi fruto da exploração. Foi das oportunidades que surgiram para combater essa exploração. Sou doutora, inclusive em políticas públicas hoje (*palmas*) nessa questão, mas não é da exploração. É exatamente da perspectiva de contribuir para sua erradicação.

Então, o nosso projeto deste ano é um projeto que vai trabalhar nas escolas do Estado, nas regionais, a questão do Trabalho Infantil, eu Combato. E usando a juventude.

Foi criado um fórum estadual de juventude com alunos do ensino médio. Essa parceria com a secretaria estadual é muito importante. A gente não conseguiu fazer essa parceria no Município, mas nós desejamos muito, porque nós achamos que o interior da escola é o lugar onde se fazer essa discussão e promover, de fato, oportunidades que possam garantir a não condição de exploração. E discutir a questão do trabalho protegido, que eu acho que é um pouco do que ela tentou colocar na questão da adolescência. De que forma a gente garante esses espaços de aprendizagem para o adolescente de um trabalho protegido na adolescência.

E tem o fórum que discute essa questão da aprendizagem. Nós temos aí várias experiências na área da lei do adolescente aprendiz, e a gente precisa melhorar essa criação dessas oportunidades na adolescência. E de que forma a gente vai estar potencializando essa aprendizagem, de forma protegida, com todas as conquistas que nós avançamos nessa questão da lei da aprendizagem.

Então, neste ano, nós vamos estar discutindo, no interior das escolas do Estado, através das regionais, como cada escola vai fazer um plano de enfrentamento da questão do trabalho infantil. Essa é a nossa ideia. De que forma a escola vai incluir na sua proposta pedagógica uma forma de fazer esse trabalho de conscientização dentro da escola.



E, aí, o fórum se reúne mensalmente. A nossa próxima reunião é agora, no dia 27. É aqui no Ministério do Trabalho, na Superintendência, no 12º andar, e nós vamos deixar aqui um pouco do material da campanha *Trabalho Infantil eu Combato — Multiplique essa Ideia*.

E a ideia é de envolver a juventude. Nós vamos fazer uma amostra de arte, exatamente com expressão dos jovens, de que forma eles acham que é possível combater o trabalho infantil. E, aí, usar a música, a literatura, a expressão artística, e a gente trabalhar, porque é importante trabalhar na prevenção também. A gente não pode trabalhar só na questão das notificações da exploração.

E esse trabalho, dos centros de referência, é uma questão que... A gente vem batendo muito nessa tecla dos centros de referência, fazer colônia de férias no momento do carnaval. Essas escolas ficam fechadas. Entendeu? Então, as escolas poderiam fazer... E também essa questão do trabalho do carnaval de uma forma cultural e recreativa.

Então, eu louvo as escolas de samba, inclusive a Pimpolho foi uma das primeiras escolas que trabalhou o estatuto na avenida, fez todo um trabalho em cima da questão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, de que forma as escolas de samba podem também trabalhar de forma cultural e recreativa com esse tema do carnaval.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito bem. (Pausa.)

Quer fazer alguma pergunta? (Pausa.)

Parabéns pelo trabalho e pelo que você alcançou, mesmo tendo sido explorada.

Eu gostaria de chamar, agora, Luís Silva, que representa um sindicato. Está presente ou não? (Pausa.) José Gomes, do Sindicato de Vendedores Ambulantes do Rio de Janeiro. Está presente? (Pausa.) Sr. José está? (Pausa.)

Passo a palavra à Sra. Márcia Vera de Vasconcellos, da Federação Estadual das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. A senhora dispõe de 10 minutos.

A SRA. MÁRCIA VERA DE VASCONCELLOS - Eu até nem me inscrevi para falar, mas o tema é tão interessante que eu acho que a gente... Como eu sou Presidente de uma Federação de Associação de Moradores, não tenho nenhuma



dessas qualificações dos demais, porque eu sou um peão na vida e faço esse trabalho na periferia.

Agora, uma coisa que eu acho que tem que estar nessa discussão... Acho importantíssimo, não importa a data em que a gente esteja fazendo, eu acho que a gente tem que estar fazendo. E cada um que está aqui eu acho que dá a sua contribuição na construção disso, porque, quando a gente vê documentário das crianças trabalhando, seja de que forma for... Criança tem que brincar, tem que estudar, não tem que trabalhar. Quem tem que prover isso é o Estado. Se o Estado não estiver provendo, nós, da sociedade civil, do controle social, temos que estar provendo isso, porque, se cada um não fizer um pedacinho (*palmas*), nós não vamos mudar este mundo.

E eu uso muito o lema do Fórum Social Mundial, que é: *Um outro mundo é possível* quando você essa discussão. Todas essas pessoas que estão aqui, acredito eu, estão buscando mudar este mundo capitalista que faz da cidade um mercado, e quem não é do mercado fica de fora. Então, para entrar no mercado tem que colocar as crianças fora da escola. E essa é a nossa luta; a nossa luta, da sociedade, é estar aqui e poder dizer isso. Quando que eu poderia falar para três Deputadas, para uma Vereadora o que eu estou falando, se não fosse a audiência pública?

Então, eu tenho que louvar o evento. Cada um tem a sua opinião. Sou contra a opinião da moça que veio falar, que defende o trabalho, mas cada um tem a... É bom, porque cada um pode se manifestar. Democracia é isso: cada um se manifesta, e a gente se junta aos demais.

Agora, o que eu queria lembrar é a questão que a gente tem no Rio de Janeiro — não posso falar fora, a não ser por informação —, que é a questão das drogas. A gente tem um drama triste, tristíssimo, quando você vai... Eu fui várias vezes ver a vida daquelas crianças lá no Jacarezinho. Agora está na Avenida Brasil.

(Não identificado) - Na saída da ilha, não é?

A SRA. MÁRCIA VERA DE VASCONCELLOS - Na saída da ilha. Lá em Santa Cruz, onde transferiram, porque a cidade-mercado não está preocupada com a vida das pessoas; ela está preocupada é com o que está se vendendo da cidade. Então, vão escondendo a cidade, e cada vez que mexem numa ferida vamos passar



para outro lugar. Essa é a visão minha, de pessoa que não sou formada em nada, a não ser na estrada da vida. A minha formação que eu tenho eu adquiri ouvindo as pessoas e aprendendo, como estou fazendo aqui. E eu, em toda audiência pública que eu houver, eu estarei lá, presente, para aprender. E para dizer que a gente tem que fazer isso mesmo. A gente tem que vir para cá, cada um se manifestar, pegar o papelzinho da menina ali, que tem um comitê que discute isso, e a gente está lá. A nossa obrigação, do controle social, não é jogar a pedra; é ver como que a gente coloca a pedra na construção. E essa é a tarefa nossa. Eu fico muito feliz. Eu moro na Cruzada São Sebastião, ali, no Leblon, que foi uma ocupação, uma construção de Dom Hélder. Fui presidente daquelas... Fundamos e temos associação de moradores. Sou apaixonada pelo que eu faço, eu vou a qualquer lugar. Se falarem assim: *“Márcia, tem que organizar uma associação de moradores”*, eu vou, porque, se a sociedade não se organiza, ela não leva... O poder público pode ser maravilhoso, mas se eu não chegar lá em bloco, ninguém vai me ouvir. Eles só me ouvem quando eu junto 10 mães para dizerem que não tem escola; 30 mães, para dizerem que não tem hospital. Então, essa questão a gente tira... Parece que eu sou formada, formada em quê? Sou formada na estrada da vida. A minha formação é essa, de estar todo dia fazendo isso. Hoje eu presido a Federação Estadual das Associações de Moradores, a FAMERJ. É uma entidade que está lá, e também não está cumprindo o dever dela — posso falar da FAMERJ porque hoje eu a presido. Eu era Presidente da FAMRIO e dizia que a FAMRIO não estava cumprindo o papel. Hoje eu posso dizer que a FAMERJ, que foi uma instituição que defendeu os mutuários, que fez tudo, e hoje está lá, com a casa quase fechada, porque nós não demos conta de dar resposta... Então, eu acho que a gente tem que lembrar isso.

Eu acho que também não se pode ficar de fora dessa discussão da questão do *crack*, dessas drogas que estão levando as crianças para o lixo. Essa situação é uma situação em que as crianças vivem... Só indo lá para ver o drama que aquelas crianças vivem, se matando por uma pedrinha de *crack*. Então, é uma coisa muito triste.

Eu acho que isso tem que estar dentro da nossa discussão. Eu acho que está faltando essa discussão aqui. Eu acho que a gente tem que estar junto. Qualquer iniciativa... Eu tenho uma estrada grande, que já tenho muitos... A minha estrada é



grande pelos meus anos de vida, não é pela minha competência, não. A minha estrada é grande porque eu já vivi 76 anos, então eu tenho que estar aqui contribuindo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MÁRCIA VERA DE VASCONCELLOS - Então, a estrada que eu tenho é essa. Eu não tenho a competência da Deputada, do doutor, do desembargador, do advogado. Mas eu tenho a experiência que a vida vai me dando a cada dia. Então, quando começou esse problema das drogas, eu comecei a ir aos locais para ver como que era a situação. Então, é muito dramática, a situação. Qualquer um que trabalhe nessa área sabe. Então, acho que a gente tem que trazer esse tema. A CPI vai mexer muito nisso, porque vai descobrir quem que está financiando. Tudo tem alguém financiando, não tem nada que não tenha. Tem a menina lá... Outra coisa que eu queria lembrar é que as escolas de samba também, pelo menos, eu não conheço de perto, mas hoje elas trabalham a questão da infância. Tem lá, a Unidos da Tijuca tem um trabalho que se chama até Instituto... Têm várias escolas, a Mangueira tem...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. MÁRCIA VERA DE VASCONCELLOS - Então, eu acho que é hora...

A SRA. LAURA CARNEIRO - A maioria delas tem um trabalho legal.

A SRA. MÁRCIA VERA DE VASCONCELLOS - ...de entrar com essa proposta dentro desse movimento, via escola de samba. As crianças brincando e também aprendendo o que é “sim” e o que é “não”, porque não precisa muita coisa. Uma criança que vive na droga é muito triste.

Então, eu só queria deixar este depoimento, e não reclamar porque começou hoje. Graças a Deus, nós estamos aqui hoje, jogando a bola para frente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Márcia, brilhante o seu depoimento.

E quero também salientar, o problema do trabalho infantil é tão grave... Ela chamou a atenção para a droga, para o vício, para a dependência química. Mas, lamentavelmente, no mundo das drogas existe a exploração do trabalho infantil. Eu conheço, na minha cidade, por exemplo, existiam duas crianças de 7 anos de idade



que serviam como “avião”. Então, eles também são explorados, além do uso da droga, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO - É uma festa, duas crianças. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Não, mas eu conhecia as duas crianças, porque a mãe foi conversar comigo e a avó. Mas, certamente, aquela era uma realidade que se repetia em todas as bocas de fumo.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Eu estou brincando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu sei por que era neto e filho de duas amigas minhas.

(Não identificado) - Qual é a sua cidade?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - A minha cidade é Mossoró, no Rio Grande do Norte. A terra da primeira eleitora brasileira, assim registrada, porque depois não deixaram ela votar, anularam o voto dela. (*Risos.*)

Bom, Erotildes Santos, da Visão Mundial, está aqui?

(Não identificado) - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Mônica Miranda, Coordenadora da União Brasileira de Mulheres da Capital? Dez minutos, Mônica.

A SRA. MÔNICA MIRANDA DA CUNHA - Bom, agora já deve ser quase boa tarde — não é? — a todos. Na verdade, eu estou aqui também como convidada, eu recebi o convite, fiquei muito feliz, e concordo com o que a Márcia disse aqui, antes tarde do que nunca esta CPI estar aqui, é muito bom que esteja. Em algumas cidades em especial, que é onde a gente tem um carnaval mais... Como o Nordeste; aqui, no Rio de Janeiro, enfim...

Eu, na verdade, assim, eu quero só parabenizar mesmo... Fico feliz que isso esteja acontecendo, e quero tocar só em dois pontos, porque eu estou contemplada, eu já ouvi algumas pessoas aqui falando e gostei muito, mesmo, inclusive as questões que vocês mesmos colocaram.

Eu queria só colocar duas questões. A primeira é essa questão da exploração sexual, não é? Em vários debates... Eu estive agora no Ministério do Trabalho, também, para a gente discutir o trabalho decente, onde estava a SPM nacional, estava a SPM do Rio, enfim. Nós estávamos lá, discutindo, e a gente discutiu essa questão. E foi uma coisa que... Eu sempre coloco: gente, é sempre anunciado que a



gente tem uma polícia especial e inteligente. Por que essas pessoas não são, até hoje, trancafiadas onde elas têm que estar? Porque o que eu quero dizer aqui, sem defesa de nada e sem entrar no mérito de nada: na hora de prender o baiano, na hora de prender aquele senhor de rua por causa dos movimentos sociais, do movimento de junho foi rapidinho! Mas rapidinho ele já está na cadeia e tem 5 anos de cadeia. Essa questão do tráfico... E, assim, eu ouvi falar muito aqui no Sambódromo, mas a gente sabe que no caso do Rio de Janeiro, as nossas praias, o nosso litoral, a nossa Copacabana, é o maior índice de... E aí a polícia vê, eu sei porque ela vê, porque eu já fui denunciar, e ele chegou ao ponto de dizer para mim — isso eu também vi no Recife, eu fiquei espantada; a gente foi para o Fórum Social Mundial, na verdade, fórum social brasileiro que foi lá, não é? —, de dizer que poderia ser uma sobrinha. *“Não, mas como é que a senhora sabe que não é uma sobrinha?”* A menina sentada no colo de um homem muito mais velho, enfim... Sobrinha. Ela era bem neguinha, e ele bem branquinho, mas ela era a sobrinha. Entendeu? Então, assim, ela bem sujinha, e ele lindo. Mas ela era a sobrinha. Então, assim, são questões, assim... Eu, lá no Ministério do Trabalho, eu falei: *“Gente, tem lei!”* O que mais tem neste País é lei. A gente só precisa cumprir, entendeu? É aquela coisa, essa questão da exploração sexual, principalmente no carnaval, é dificílima. Inclusive para identificar é dificílimo. Essa é uma coisa que tem que ser preventiva mesmo.

A outra coisa que eu queria colocar é a questão — inclusive o Luciano falou aqui o tempo inteiro — do espaço de convivência. Nós já devíamos ter isso aqui há muito tempo. Mas, gente, para discutir espaço de convivência aqui nós vamos ter que discutir não só com a Prefeitura, mas com a LIESA, porque quem manda no carnaval do Rio de Janeiro é a Liga, não é a Prefeitura! Quem manda no carnaval do Rio de Janeiro, especialmente no Sambódromo, é a Liga. Ela manda no carnaval. Ela decide o que faz, o que não faz; ela decide que a gente vai ver a televisão da *Globo*, porque a gente não vê em nenhum outro canal, porque ela vende agora. Antigamente, não. Vocês lembram que vocês tinham a opção de ouvir o Pamplona. Eu tinha essa opção de ouvir o Pamplona. Agora a gente não tem mais essa opção.

Então, assim, são questões que a gente precisa pensar. Eu fico muito feliz que tenha a CPI.



Que no carnaval de 2015 — porque neste, infelizmente, a gente vai avançar muito pouco — a gente possa ter realmente algumas questões que são seriíssimas aqui: é a de produção do trabalho, é o abuso e a exploração infantil, é a falta de respeito à questão da mulher. Eu sou da União Brasileira de Mulheres, e precisa ser uma luta nossa de como é tratada a questão de gênero. As meninas, em especial, é uma coisa até muito mais grave, porque nós, mulheres, ainda temos como nos defender; a criança, não.

Então, é isso.

Eu quero parabenizar... Fico feliz de ter recebido o convite.

A União Brasileira de Mulheres, eu quero, se possível, participar do fórum, viu companheira? Eu queria muito participar lá do fórum, se possível, porque, para mim, é superimportante.

Márcia, é bom te ver aqui, viu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Mônica.

Nós queremos chamar Ana Rocha, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

A SRA. ANA ROCHA - Boa tarde, ou bom dia.

Eu acho que esta CPI tem uma importância muito grande, porque a violência, por si só, é inadmissível. Mas quando ela atinge a criança, que é o futuro... Porque o nosso futuro é construído com as crianças, e a gente conhece o valor que um país dá a seu futuro quando trata bem as crianças. Então, eu acho que é importante que o poder público tenha essa preocupação com a defesa das crianças, quer dizer, o trabalho infantil, e também com essa questão do abuso sexual, do trabalho escravo. Tudo isso eu acho que é importante. Então, eu acho que esta CPI tem relevância.

Da nossa parte, eu acho que nós temos mais o foco nas mulheres, mas a gente sabe que onde está uma mulher, tem uma criança. Mesmo no combate à violência — nós temos a Casa Abrigo, que abriga mulheres em situações de risco de vida ou de morte —, geralmente a mulher chega com dois, três, quatro filhos, porque quando ela é vítima de violência, ela sai de casa com as crianças.

Então, essa questão de preservar as crianças é muito importante, porque essa questão do abuso... Muitas vezes a gente vê que quando vem a denúncia da



violência contra a mulher, também muitas vezes vem acompanhada do abuso infantil.

Então, eu acho que é da maior validade esta CPI nesses grandes eventos. Eu acho que têm de ter medidas extraordinárias, porque se em situação de normalidade já existem os casos de trabalho infantil e de abuso, eu acho que nos grandes eventos as medidas devem ser redobradas.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres — SPM está fazendo, durante o carnaval, uma campanha de combate à violência. Nós vamos instalar no Terreirão do Samba e na Cinelândia um balão com *Xô Violência, disque 180*, que é o telefone para denunciar a violência contra a mulher. E faremos, então, várias atividades nesse sentido. Nos ônibus também. Vamos passar um filme dos ônibus na TV de combate à violência.

Então, eu acho que é mais do que justa esta CPI, porque, com ela, nós estamos preservando o futuro da Nação. E nesses grandes eventos, eu reforço, a importância de a gente redobrar as medidas para poder fazer com que não se aumente, nesses períodos, seja a violência, seja a exploração do trabalho, seja o tráfico, seja o abuso de crianças. Então, mais do que justa, é oportuna.

Queria saudar aqui a Mesa, que é só de mulheres. Então é uma Mesa poderosa!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - O (*ininteligível*) também, é mais de mulheres.

A SRA. ANA ROCHA - Mais de mulheres. E justamente reflete também um pouco esse olhar feminino no cuidado com as nossas crianças. Mas eu acho que nós temos que envolver toda a sociedade. E esse é o papel desta Comissão, de envolver a sociedade como um todo na preservação e no amor que nós temos às nossas crianças.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - A CPI no Congresso Nacional, na audiência em Salvador, a presença feminina é quase que uma regra. É um tema que, talvez, não interesse a grupos econômicos e tudo mais, mas (*ininteligível*) as mulheres assumem, em todo o canto.

A SRA. ANA ROCHA - Eu acho que isso tem um contraditório. De um lado, isso reflete justamente aquela visão de que a mulher é que cuida das crianças,



quando a gente sabe que as crianças são um bem do conjunto da sociedade, são o futuro.

Para citar concretamente, para quem não conhece, eu vivi num país que, época, era socialista, a Albânia, e uma coisa que me chamou à atenção foi como as crianças eram cuidadas. A criança, até 1 ano de idade, não pagava medicamento, alimentação, roupa, ou seja, a criança era um deus.

Então, eu vejo que uma sociedade que tem uma perspectiva avançada encara a criança como um bem maior de uma sociedade, porque, mesmo a questão da violência contra a mulher, nós temos que reverter uma visão que a sociedade tem, mas nós temos que começar com as crianças nas escolas. Por isso daquela campanha *Quem ama abraça*, é uma mensagem positiva que vai à escola no sentido de transmitir valores avançados. Então, eu acho que é muito justa. Eu digo que é contraditória, é bom que as mulheres tenham essa preocupação, mas nós temos que fazer com que os homens também entendam que as crianças são o futuro da nossa sociedade e nós temos que preservá-las nas suas relações, porque uma criança que sofre abuso, uma criança que é vítima de trabalho escravo, uma criança que tem essa exploração, ela será um adulto complicado, um adulto que também vai repetir o que sofreu de abuso na sua infância.

Então eu acho que é um compromisso desta Comissão de criar medidas, sobretudo nos grandes eventos, para reforçar a vigilância e o alerta em defesa de nossas crianças, que são o futuro da nossa sociedade.

Parabéns à Comissão! Estamos aqui somando nessa força em defesa das nossas crianças e do nosso futuro. Um abraço, sucesso e que medidas sejam tomadas com mais eficácia. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada e sucesso no seu trabalho.

Eu gostaria de saber se Célia Almeida quer expressar o seu trabalho.

A SRA. CÉLIA DE ALMEIDA - Eu já me sinto bastante contemplada pela exposição da companheira Marta. Sobre a sua trajetória, ela se esqueceu de dizer que ela foi uma grande sindicalista também, Secretária em exercício em prol dos trabalhadores. A companheira Monica Miranda já falou da UPM e da SPM.

Já fui contemplada! Parabenizo todas vocês!



O SR. PRESIDENTE (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

Sônia, Secretária dos Movimentos Sociais do PCdoB. (Pausa.)

Jean Carlo de Oliveira Gonçalves. (Pausa.)

Irene Cassiano Marques.

A SRA. IRENE CASSIANO MARQUES - Quero saudar a Mesa em nome da nossa brava Luciana Santos. Meu nome é Irene, e eu sou assessora da Deputada Estadual Enfermeira Rejane, que não está presente aqui hoje, porque está numa reunião de líderes lá, tratando de um trabalho duro, que é a questão do piso salarial dos funcionários da UERJ. Mas quero colocar o gabinete à disposição para esse trabalho que, embora tenha esta CPI levado 6 anos para ser instalada, é bem-vindo. Este trabalho é um trabalho que eu vejo que deve ser intensificado durante o carnaval, mas acho que ele é um trabalho durante o ano todo, porque o trabalho infantil está aí nas ruas, nas escolas. A questão do trabalho doméstico, trabalho infantil doméstico, que, como colocou a Laura, é mais difícil de ser identificado. Mas, assim, é um trabalho que eu acho que deve ser intensificado o ano inteiro.

Essa proposta do fórum estadual do trabalho infantil eu acho que é bem-vinda, porque as escolas de samba, que é o objeto inicial mais focado da Comissão neste momento... Há escolas de samba no Rio de Janeiro inteiro: Niterói, São Gonçalo, outros Municípios, até com população numerosa. E eu acho que a gente foca o Rio de Janeiro porque ele é o que dá visibilidade para o mundo inteiro, mas o trabalho infantil, mais nesse ponto, eu acho que deve também ser expandido para os outros Municípios.

E aí eu quero me somar a esse fórum estadual, embora seja um tema que a gente está começando a discutir, mas, como a Ana Rocha mesmo fala, onde tem uma mulher tem uma criança, duas, três, eu acho que a gente vai ter muito trabalho pela frente. Então, é mais para colocar o gabinete, o mandato da Deputada Estadual à disposição desse trabalho, de maneira que a gente possa também socializá-lo com os outros 92 Municípios do Rio de Janeiro.

Era mais ou menos isso, e bom dia!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosada) - Muito obrigada, Irene.



Nós encerramos as pessoas que haviam registrado as suas presenças. E gostaria de saber se aqui na nossa reunião há alguém que gostaria de fazer algum depoimento.

O SR. EDINILSON DE ASSIS VIEIRA - Eu queria só complementar, que a Deputada Luciana perguntou sobre punição às escolas de samba e com relação ao descumprimento da portaria da juíza, da Dra. Ivone.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosada) - O nome do senhor, por favor?

O SR. EDINILSON DE ASSIS VIEIRA - Ednilson, eu fui o primeiro a falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosada) - Ah...

O SR. EDINILSON DE ASSIS VIEIRA - Então, estou só complementando, porque, quando a escola de samba descumpre essa portaria — e um exemplo que eu dei foi o do menor empurrando o carro alegórico, e temos um artigo que prevê e proíbe isso —, a escola de samba é autuada quando a gente consegue flagrar o ato.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosada) - Obrigada.

A SRA. DENISE DE CARVALHO - Eu sou Denise de Carvalho...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosada) - Como?

A SRA. DENISE DE CARVALHO - Denise de Carvalho, eu trabalho com a Vereadora Laura Carneiro. E, nos últimos 20 anos, eu trabalhei e venho trabalhando na perspectiva da erradicação do trabalho infantil. Quer dizer, eu estava em cólicas para saber se haveria uma aberturinha na fala dos não inscritos para deixar aqui, assim...

Queria dizer para a Deputada Sandra que ela não esperou por 6 anos sozinha a instalação desta CPI. Eu, no meu anonimato, tenho esperado há anos isso acontecer. E espero, verdadeiramente, que o desdobramento desse trabalho seja a recomendação de uma legislação efetiva, que contemple todas as formas de trabalho infantil, para que efetivamente a gente possa assegurar o contrário do que existe no imaginário e no inconsciente coletivo, que foi traduzido na fala da companheira Elvira. A naturalidade com que muitas pessoas, sobretudo na classe popular, entendem que o trabalho é ainda a melhor forma de ocupação para a criança, para que ela não esteja na rua, para que ela não esteja na rota da



criminalidade ou na órbita de nenhuma prática delituosa é fato. Da mesma maneira que existe um estudo do falecido André Urani brilhante sobre as crianças e os adolescentes que trabalham no tráfico de entorpecentes. E aí, nessa mesma rota que a companheira Márcia falou, é legítimo. E muitos são os pais hoje que, até com poder aquisitivo significativo, preferem que seus filhos estejam precocemente trabalhando do que na possibilidade de estarem envolvidos com a droga, com o crack ou com qualquer prática delituosa.

Então, a minha ansiedade é que a gente construir, a partir das Câmaras de Vereadores, das Câmaras de Deputados, na própria Câmara Federal, e que seja legítima na Câmara Federal uma recomendação de uma legislação no formato, de repente, até de um estatuto que contemple a legitimação da erradicação do trabalho infantil, com a recomendação de que o próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS seja o parceiro e o protagonista desse trabalho, uma vez que a gente tinha o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI, nacional, com uma prerrogativa da qual o Brasil é signatário da OIT. E, no entanto, houve uma luta diuturna de 2003 até 2011 para que o PETI incorporasse o recorte do Bolsa Família e deixasse de existir como um programa específico, para ser só uma atividade de convivência, saindo da órbita efetiva da produção especial.

Então, isso é preciso acontecer, porque não é... A atividade de convivência, Deputada Luciana, é importante numa construção permanente. Então, o que a companheira Ana Cláudia falou: a gente não vai construir agora um espaço para situações de carnaval, mas a gente tem que ter esse espaço, a gente tem que ter esse espaço para a estrutura do Carnaval, da Copa do Mundo, das Olimpíadas, da Semana Santa, porque o Brasil é carnaval o ano inteiro. Agora, a política pública precisa existir. E o trabalho perverso da criança e do adolescente não se dá só no carnaval e não vai ser sanado com uma política de convivência; vai ser sanado com o enfrentamento vigoroso, efetivo, que todos os atores da sociedade precisam abraçar, porque eu fico muito sensibilizada, porque nós chegamos ao limite de discutir o trabalho da exploração sexual infantil como a pior forma de trabalho. Mas, em 20 anos, a gente vem discutindo formas de trabalho infantil. E, quando a prostituição infantil, a exploração sexual infantil está vista como uma forma de trabalho, a gente chegou ao limite: ou a gente destrói essa estrutura cultural ou a



gente vai sucumbir. E vamos nos sentir verdadeiramente o plantador de tâmaras, aquele que quem planta não as colhe.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada.

Leila, você tem...

A SRA. LEILA PARADA - Eu sou funcionária aqui da Câmara Municipal e sou funcionária do gabinete da Vereadora Laura. Eu só queria dar um depoimento rápido, porque este final de semana, por acaso, eu estava na Lapa, na casa de uma amiga... E vocês devem conhecer a Lapa. Se não conhecem pessoalmente, de fama.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Vamos lá conhecer, né?

A SRA. LEILA PARADA - É. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Só de outra vez, porque agora a gente vai viajar para participar ainda da sessão da Câmara dos Deputados...

A SRA. LEILA PARADA - E eu estava na casa de uma amiga e peguei o metrô, desci na Cinelândia. E, da Cinelândia, até a Rua do Riachuelo, fui andando, ida e volta. E eu não vi policiais militares; eu vi um carro da Polícia Militar na Cinelândia. De lá, até depois dos Arcos, que é a Rua do Riachuelo — eu fui quase até a metade — não havia policiais. Eu vi muito adolescente, muita menina de 12, 13 anos com garrafa de vodca na mão. Eu não vi nenhum tipo de ação, eu vi dois guardas municipais, dois guardas municipais. A gente está a uma semana do carnaval. Isso era sábado 10 horas da noite. E vi pelo menos três barracas com crianças dentro das barracas Então, eu estou falando o que eu vi. Eu não vi nenhum tipo de trabalho da Prefeitura do Rio para coibir nem essas crianças que estão andando drogadas por álcool, porque eles estão bebendo vodca na garrafa, no meio da rua, e ninguém toma uma providência. Não é possível que só eu tenha visto isso! Então, eu queria deixar isso registrado, porque eu acho que as autoridades têm que fazer o papel delas também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Leila.

Alguém mais gostaria de usar a palavra? (*Pausa.*) Todos estão contemplados com os depoimentos que foram feitos aqui? (*Pausa.*) Bom, antes de passar a palavra, alguém quer falar ainda? Não?



Antes de passar a palavra aqui para a nossa Relatora, eu gostaria de dizer que, como Presidente da Comissão e como autora do requerimento para instalação da CPI, eu acredito que nós tivemos um avanço muito grande, porque, além da discussão sobre o trabalho infantil ser algo que é estranho para muitas pessoas, quando a gente chama a atenção de algum evento, algum megaevento como é o carnaval, como é a Copa, como outros acontecimentos também, até religiosos, que acontecem, nós nunca tínhamos tido um debate sobre essa questão. E nós vamos continuar esse trabalho, vamos visitar cidades que já não exploram as crianças no carnaval, mas exploram as crianças, por exemplo, nas fábricas. Nós sabemos que existe essa exploração. Na área rural, nós sabemos que também existe. No setor artístico, a criança é linda ali, nos emociona o trabalho, a expressão cultural dela, mas ela muitas vezes saiu da escola para poder sustentar a sua família e está sendo explorada.

Nós vamos fazer todos esses levantamentos e nós ficamos, assim, verdadeiramente impressionados com algumas coisas que não sei se a Relatora, a Deputada Luciana, vai realmente... Acredito que vá, porque ela é uma pessoa extremamente competente, com relação ao que nós ouvimos aqui. Aqui há trabalho infantil, aqui há crianças sendo exploradas, no carnaval também. E, fora disso, é uma verdade, eu estou vendo.

Mas órgãos que deveriam já ter uma sequência para esse enfrentamento ainda estão meio ausentes. Vocês vão me permitir fazer essas colocações, até para chamar a atenção. Por exemplo, a Prefeitura do Rio precisa... ela tem um bom trabalho. Nós, externamente, dos outros Estados — sou uma nordestina de um dos menores Estados, que é o Rio Grande do Norte — estamos vendo que faltam políticas públicas para fazer esse enfrentamento.

O Ministério do Trabalho, nós estamos vendo que ele tem um limite na sua atuação. Então, essas pessoas que aqui vieram, eu gostaria que, a partir de agora, começem a fazer o enfrentamento dentro do próprio Ministério do Trabalho, mostrar que tem que ter uma sequência. Não é ir lá dizer, tirar aquela criança momentaneamente e não apresentar nenhuma sequência desse trabalho. Será inteiramente — eu acredito — aprovada pelo povo brasileiro essa atuação.



A questão, por exemplo, que é a Liga que manda... Eu sei que a Liga é poderosa. Eu não vivo esse movimento do carnaval, mas sei que a Liga existe e que a Liga tem poder, eu também sei. Mas ter mais do que uma Prefeitura? Esse é um fato que deve merecer, a partir da Câmara Municipal... E sei que a Vereadora Laura é combativa, corajosa, valente, a gente pode começar a fazer esse trabalho agora.

As pessoas que vieram ouvir esta audiência pública, poderíamos até pensar: é numero reduzido diante do problema, mas nós estamos plantando esta semente aqui para se verificar na Guarda, nas Secretarias Municipais, que a gente tem que ser aquele elemento provocador, provocador, para que haja uma atuação melhor.

Se chamar a atenção para que somente na semana do carnaval — e já está implantado o carnaval. Mas isso é ótimo, porque vocês estão, a partir dessa frase, sentindo que havia uma ausência de quem provocasse isso. Então, pode não servir para este carnaval, mas poderá servir para outros, no futuro. E esta semente está plantada nas nossas consciências. Ela pode, sim, proliferar, crescer e chegar onde nós queremos chegar. Pode ser que eu nem alcance, que eu já tenho 62 anos; pode ser que eu nem alcance, mas, de qualquer forma, eu sou muito feliz porque trabalhei e lutei para fazer com que aquele trabalho infantil que eu presenciei tantas vezes na minha vida... Eu sou assistente social e bacharel em Direito. Mas, como assistente social, eu vi muito isso. Eu tenha plantado esse despertar. E não só eu, tenho certeza, porque os que vieram aqui se sentiram atraídos pelo tema.

E com quantas pessoas vamos conversar a partir de agora para dizer que nós também, como cidadão e cidadã, somos responsáveis? As Parlamentares que aqui estão, não somente a Vereadora Laura, que é do Rio, mas a Deputada Luciana, a Deputada Iara, nós representamos um grupo maior de Parlamentares, e sempre mulheres. As mulheres se preocupam mais com isso também na Câmara dos Deputados. As maiores barreiras que eu encontrei para instalar esta CPI foram homens. Normalmente eram empresários, normalmente eram fazendeiros.

Eu me lembro de que no primeiro ano em que eu a fiz, Deputada Luciana — V.Exa. ainda não era Parlamentar; fazia muita falta, porque não era —, existia um grupo de pessoas que tinham fazendas, e elas tinham medo de que se encontrasse trabalho escravo nas fazendas. Eu identificava quem eram aquelas pessoas, mas



elas tinham muito mais força do que eu; então, iam botando sempre para baixo do tapete tanto a discussão do tema como a implantação da CPI.

Então, eu quero agradecer a todos e passar a palavra à nossa Relatora Luciana Santos. (Pausa.)

A Vereadora Laura gostaria de fazer uso da palavra?

A SRA. LAURA CARNEIRO - Eu queria só agradecer a presença de V.Exas. Tenho certeza de que vão voltar muitas vezes. Temos muito que trabalhar. Eu acho que de alguma maneira se avança à medida que as pessoas começam a saber da existência da CPI, da chance de denunciar.

Alguns setores deveriam estar aqui. Eu tenho certeza de que foi um problema técnico de convite. Não imagino, por exemplo, o Adilson, uma pessoa tão preocupada com o setor e Secretário Municipal, não ter enviado ninguém. Mesmo a LIESA, com todos os seus defeitos, teria enviado alguém, nem que seja na defesa. Deve ter ocorrido algum problema de comunicação. A gente sente que vários órgãos...

A SRA. MÔNICA MIRANDA DA CUNHA - Deve ter sido por causa do carnaval.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Não, não é por causa do carnaval, não. A gente sente a falta de alguns órgãos de que normalmente a gente não sentiria. Provavelmente a reunião da FIA não estaria acontecendo. Se isso tivesse sido feito com um pouquinho mais de antecedência, a reunião da FIA teria sido transferida para cá, porque, afinal de contas, o tema é o mesmo. Lá, com certeza, estão vários órgãos que poderiam estar aqui. De qualquer maneira, eu acho que foi hiperimportante para nós, primeiro porque se toca nesse tema de novo na cidade do Rio de Janeiro.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. LAURA CARNEIRO - Claro. São tantos problemas que você acaba postergando discussões. Você não consegue fazer todas elas. No Conselho, a gente consegue. Nem sempre a gente consegue isso no Legislativo.

Foi uma honra tê-las. Queremos que V.Exas. venham mais, mais e mais, porque a CPI, além de tudo, tem um poder que não temos. V.Exas. podem convocar, ouvir, ouvir em depoimento, e nós não podemos fazê-lo. Por outro lado, a



CPI nacional pode determinar a Ministérios, a alguns setores que trabalhem de outra maneira para que a gente possa efetivamente contribuir com o dia a dia da cidade.

Então, quero agradecer às três e dizer que depois a gente vai sair para almoçar, porque a gente merece. (Risos.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Vereadora Laura.

Foi um prazer reencontrá-la. Fomos companheiras de trabalho. Ela sempre ajudou muito nos avanços que as mulheres brasileiras tiveram na legislação, que é o nosso trabalho mais específico e próprio das nossas ações lá na Câmara dos Deputados, e deve estar enriquecendo brilhantemente a Câmara Municipal do Rio.

A nossa companheira Deputada Iara quer dar uma palavrinha?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Só quero agradecer a presença de todos. Nós estamos aprendendo — não é, Deputada Luciana? —, ao circular pelo Brasil. São expressões novas, ações novas, problemas novos que estão acontecendo e que não se repetem às vezes em alguns Estados e outras ações que são disseminadas pelo Brasil.

A companheira falou aqui dessa questão dos adolescentes na rua. Na minha cidade, Sorocaba, em São Paulo, blocos deixaram de desfilar porque não conseguiam mais controlar — são blocos abertos — a presença de adolescentes. Eles desfilavam pelo centro da cidade e terminavam o desfile em determinado bairro de Sorocaba, e ali acontecia a tragédia, coma alcoólico. Ano passado foi o ano do balde. Nem o bloco nem os órgãos oficiais conseguiam reprimir. Foi o ano do balde. Os adolescentes levavam bebidas dentro de baldes grandes com gelo. A bebida já estava lá dentro: pinga, vodka e outras.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Dentro do balde. Foi o ano do balde. Aí os blocos este ano resolveram não sair. Eles se reúnem, mas não vão desfilar — só um bloco vai desfilar —, porque não conseguiam controlar essa questão da bebida com os adolescentes. Era coma alcoólico, adolescentes quase morrendo de tanto beber, brigas, desentendimentos, tráfico de droga. Aí os blocos deixaram até de desfilar. As autoridades tentavam coibir, e nem os blocos conseguiam coibir essa participação dos adolescentes.



Para nós, foi muito enriquecedora a audiência aqui no Rio de Janeiro. A gente espera dar resposta concreta com uma CPI a esta questão no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Deputada Iara.

Antes de passar a palavra à nossa Relatora, eu gostaria apenas de fazer um lembrete. Se a partir de agora surgir alguma ideia, alguma indagação, alguma coisa que seja interessante, vocês podem se dirigir a todos os membros da CPI. É fácil esse acesso. A Câmara hoje é muito aberta para vocês acompanharem a nossa atuação parlamentar. O nosso endereço eletrônico é fácil. Para todas as Deputadas, se vocês colocarem “dep. — ponto —, o nome da Deputada, @camara.gov.br”, ou “@camara.leg.br”, nós receberemos. É só encaixar o nosso nome.

A SRA. ANA CLAUDIA FIGUEIREDO - Posso só fazer uma sugestão sobre o encaminhamento?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Sim, Ana Claudia.

A SRA. ANA CLAUDIA FIGUEIREDO - Bem, eu me senti provocada quando se falou das ações da Prefeitura. Nós temos um programa em execução. Eu até me coloco à disposição para em algum momento fazer uma apresentação do que a gente executa enquanto política pública de erradicação do trabalho infantil na cidade do Rio de Janeiro.

Nós temos um trabalho que é executado nos 14 CREAs existentes na cidade, numa ação conjunta com os 48 CRAs. A gente tem uma política pública. Se ela dá conta ou não, é outra discussão. Existe um trabalho consolidado, realizado com respeito, com responsabilidade, inclusive estruturado no próprio tripé do que está colocado na execução do programa, que é a transferência de renda, os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo e o acompanhamento familiar. Então, a gente tem um trabalho em execução.

Eu acho que o que a gente precisa é discutir se é uma política que faz esse combate ou a gente precisa de articulação com as outras políticas para a gente efetivamente conseguir a erradicação. Enquanto a gente ficar nessa discussão de que uma política de assistência social ou qualquer outra vai dar conta de erradicar o



trabalho infantil ou qualquer outro tipo de violação, a gente não vai conseguir avançar.

Eu estou me colocando à disposição, porque, como técnica de referência, eu posso falar do que é executado hoje no Município. Nós temos cerca de 3.200 crianças acompanhadas, e essas 3.200 crianças estão sendo acompanhadas em mais ou menos 300 polos. Ou seja, na cidade do Rio de Janeiro, a gente tem 300 polos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, da execução direta ou indireta, em parceira com as ONGs, enfim, com as outras instituições.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

O SR. DANILO GROFF FILHO - O Conselho também acompanha, viu, doutora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada.

Passamos agora a palavra à nossa Relatora Luciana Santos.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Bem, como eu já tinha falado no início, essas são as primeiras audiências públicas que estamos fazendo fora de Brasília. Nós instalamos a CPI em outubro do ano passado e temos que fazer audiências públicas para poder diagnosticar, ouvir um conjunto de entidades, sejam públicas, sejam da sociedade civil organizada, na perspectiva de direcionar a CPI para os casos mais agudos, para os casos mais graves. Então, estamos, aos poucos, saindo da esfera de Brasília para visitar as regiões. Inclusive, a Região Sudeste é a mais bem posicionada no Brasil na erradicação do trabalho infantil. Nós temos mais dificuldades nas Regiões Sul, Nordeste e Norte. Até na Região Centro-Oeste há uma situação melhor do que nessas outras regiões. Aliás, o Rio de Janeiro, segundo o PNAD, saiu do 24º para o 26º lugar do Brasil, ou seja, o Estado está no *ranking* do Brasil muito bem posicionado em relação à erradicação do trabalho infantil. A maior incidência ainda está na Baixada Fluminense, o foco principal, que, posteriormente, a própria CPI, em função dos dados, vai poder acompanhar mais de perto para poder colaborar.

Como eu disse, isso aqui é um aprendizado, uma troca de ideias. Nós não somos donas da verdade, não temos essa intenção. Nós queremos é uma resultante, queremos é fortalecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil e ser



duros naquilo que é preciso ser duro — com as atividades econômicas, com a (*ininteligível*), ou seja, com as piores formas de trabalho infantil —, porque nós aqui estamos nesse espírito de colaborar com os entes públicos e a sociedade civil organizada para fazer o enfrentamento. E nós, como eu disse também, achamos que seria muito importante fazer esse diálogo nos Estados — este é o terceiro, o último, porque nós já fizemos em Pernambuco e na Bahia —, exatamente para perceber como anda o planejamento desses grandes eventos, até por uma questão também de conhecimento e de sugestões mútuas, para que possamos constatar a realidade e colocar indicações, porque também é papel da CPI colocar indicações e ideias para levar adiante.

De fato, a gente percebe certa desarticulação com os entes que no dia a dia desenvolvem a política do enfrentamento e de coibição do trabalho infantil. Eu acho que essa questão com a Justiça é necessária. Aliás, foi relatada aqui pela Polícia a necessidade dessa articulação maior com o Poder Judiciário. A gente teve uma experiência uma vez... Eu estou falando muito de Olinda porque é minha experiência principal — é óbvio —, fui Prefeita da cidade por 8 anos. A gente tinha dificuldade de mobilizar o oficial de justiça em plena atividade de carnaval, para receber uma liminar e tal. Então, o que nós fizemos? Fizemos um verdadeiro mutirão, uma força-tarefa, em que existiam os plantões do Poder Judiciário, para poder dar agilidade à ação, porque senão a gente não conseguia viabilizar. Existia uma lei de carnaval de 1997, que era impossível aplicar, porque não existia a liminar na hora para poder fazer principalmente essas inserções nas áreas privadas. Então, só a título de sugestão, eu acho que é uma resultante que é preciso destacar.

Outra coisa é essa questão dos espaços nesses eventos, que deve haver sempre, mas é sempre bom chamar atenção para a necessidade de isso acontecer nos eventos. Essa questão do barracão da Cidade do Samba, de o Ministério do Trabalho fazer inserções lá... Aliás, acontece em pleno carnaval... Não é preciso nem ser antes. Em pleno carnaval, tem-se a possibilidade, poder de polícia para fazer coisa dessa natureza. Isso são só indicações para que a gente depois possa apreender o conjunto de ideias que aqui foram produzidas. Para a questão da escola de samba, da Liga, foi bem chamada atenção aqui, como se relacionar para poder também interferir de maneira mais incisiva nesse processo, para haver regras mais



rígidas, entre elas essa mesma de desclassificar ou coisa dessa natureza, não só multar, uma medida mais efetiva que seja percebida por aqueles que produzem o carnaval da cidade. Não foi possível a gente trabalhar aqui mais tempo. Também nenhuma audiência pública vai equacionar ou debater com profundidade todos os assuntos.

Existe a questão do resíduo sólido no carnaval, dos catadores de lixo. Há necessidade de uma articulação com a associação dos catadores para coibir o trabalho infantil. Outra questão é a do estacionamento. É muito comum a gente ver crianças recebendo dinheiro em estacionamento. O próprio comércio ambulante foi alvo aqui do debate. Existe a questão da droga e da exploração sexual. Essas são ações que exigem uma capacidade cada vez maior desse conjunto de entes, públicos ou privados, para que a gente de fato possa dar eficácia ao nosso objetivo principal, que é coibir o trabalho infantil.

Não sei se porque fui gestora municipal, eu acho que os comitês, a exemplo do que a gente tem no Comitê de Mortalidade Materna, têm um papel decisivo nesse processo, porque são permanentes, não são de eventos. É o caso, que eu percebo aqui, do papel que a FIA tem. Eu acho que a gente precisa valorizar muito, porque, como disse aqui Márcia, da Federação, o controle social é que dá o termômetro e a capacidade das soluções, a gente precisa torná-las eficazes. Então, a gente valoriza muito os comitês e o controle social como um mecanismo mais efetivo de a gente ter atingidos os nossos objetivos.

Então, eu só quero agradecer. As pessoas vieram aqui exatamente com o espírito de fazer o debate, de colaborar. Uma parte nem vem, muitas vezes por impossibilidade, outras vezes por não entender a dimensão da necessidade de enfrentamento disso, não tem a dimensão política, não tem o convencimento desse processo. Nós precisamos cobrar principalmente dos entes públicos seu papel nos momentos de aplicação de uma política pública tão importante no nosso País. Quero agradecer mais uma vez principalmente a quem teve a disposição de estar aqui entre nós para poder fazer valer e vingar um objetivo do povo brasileiro que é compromisso do nosso País.

Por fim, só para ratificar e refrescar a nossa memória, o que pauta essa discussão são compromissos que o Brasil já assinou. Na verdade, a Convenção 138



da OIT é de 1973. É ela que recomenda a proibição do trabalho infantil. No Brasil, ela foi ratificada em 2002, exatamente quando Lula assumiu a Presidência da República, embora a Constituição da República, de 1988, já proibisse o trabalho dos menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, entre 14 e 16 anos. E é compromisso do Brasil erradicar as piores formas de trabalho infantil. Também estão na convenção da OIT quais são as piores formas. Ela vai até 2016. Ou seja, nós estamos a 2 anos do compromisso assumido pelo País de erradicar as piores formas de trabalho infantil. E devemos erradicar todo trabalho infantil até 2020; fora disso o aprendiz de 14 anos, e qualquer trabalho a menores de 12 anos. Essa é a legislação e o arcabouço jurídico que nos move e que serve como parâmetro para que a gente aja e atue. Portanto, a tarefa não é pequena, é árdua. A meta não é fácil de ser atingida, mas, quando a gente tem vontade política e vontade de vencer, a gente chega lá.

Muito obrigada. Bom trabalho a todos. E bom carnaval, sem criança trabalhando. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Nada mais havendo a tratar, nós vamos encerrar os trabalhos, antes agradecendo a participação de todos os senhores e senhoras. Quero aproveitar para agradecer à Vereadora Laura Carneiro a presença e, através dela, agradecer ao Vereador Jorge Felippe, Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a generosa colaboração com esta CPI. Tenho certeza de que nós teremos o trabalho e o sucesso aqui também, na Câmara Municipal, porque este assunto certamente será levantado.

Muito obrigada. Tenham uma boa tarde e um bom carnaval, com muita paz e muita tranquilidade e, como disse aqui a Deputada Luciana, sem criança trabalhando. Vamos dar um “não” ao trabalho infantil.

Obrigada.